



## O regime militar: a Economia, a Igreja, a Imprensa e o Imaginário

### Editorial

Um dos objetivos estratégicos da Instituto Humanitas Unisinos é a análise e a reflexão sobre a realidade latino-americana, especialmente a brasileira. A memória dos 40 anos do golpe militar de 1964 é uma oportunidade propícia para realizar parte desse objetivo. Assim, dando continuidade ao boletim da semana passada, intitulado 1964-2004: Hora de passar o Brasil a limpo, cuja edição impressa, aliás, se esgotou instantaneamente, voltamos ao tema nesta edição. Nesta semana, refletimos sobre o projeto econômico da ditadura militar, o seu esgotamento e, conseqüente paralisia, que já dura mais de duas décadas e que continua no atual governo. Um dos aspectos sempre discutidos, quando se fala do golpe de 1964, é o papel jogado

pela Igreja Católica. A análise histórica mostra como a Igreja entrou profundamente cindida no golpe. Somente em 1977, portanto catorze anos depois, ela chegou a um consenso sobre a sua decidida participação na redemocratização do País. A imprensa alternativa, durante a ditadura militar, teve um papel relevante que deixou a sua marca na imprensa que temos, hoje, no País. Enfim, a ditadura militar soube trabalhar com o imaginário. Um imaginário de um Brasil potência, de otimismo exacerbado, que povoa ainda, hoje, a política nacional. Ou seja, a ditadura militar deixou seqüelas importantes na vida política, econômica, social e cultura do Brasil. Refletir sobre elas é fazer as contas com este passado para entender melhor o presente, buscando, de maneira mais efetiva, mudá-lo.

Inicia nesta semana o Ciclo de Estudos sobre O Método de Edgar Morin. Entender a complexidade do real é um dos seus objetivos. Ao mesmo tempo, continuamos, nesta semana, o 2º Ciclo de Estudos sobre o Brasil e a exposição "Consciência" do Humanitas Arte.

Juntamente com este boletim, estes eventos buscam contribuir para que a nossa Universidade possa, cada vez mais, ser um importante ator social na sociedade brasileira, hoje. A todos uma ótima semana e uma profícua leitura!

---

## COINCIDÊNCIAS E DIFERENÇAS NOS MODELOS ECONÔMICOS: GOVERNO MILITAR, FHC E LULA

### Entrevista com Wilson Cano

*Wilson Cano bacharelou-se em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, realizou o doutorado em Ciências Econômicas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp. Na Unicamp, prestou concursos para livre-docente, professor adjunto e professor titular. Foi diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas no período de 1982 a 1986. É professor do Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp. Cano estuda os problemas do Brasil e da América Latina há mais de 30 anos. Trabalha para identificar as razões que levam ao subdesenvolvimento. Seus livros mais recentes são: **Introdução à Economia**. São Paulo: Editora UNESP, 2001; **Soberania y Política Económica en América Latina**, 2001; e **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2002.*

**IHU On-Line – Qual é o significado de fazer memória dos 40 anos do golpe de estado acontecido em 1º de abril de 1964?**

**Wilson Cano** – Sempre é bom lembrar um momento crítico pelo qual o povo pode ter passado, uma revolução, uma catástrofe, uma guerra, um golpe militar, enfim, é uma data extremamente significativa. A ditadura já passou. Nós conseguimos reingressar num processo de redemocratização do País, mas é sempre bom lembrar o significado daquilo, principalmente para que se possa fazer um balanço da história e tentar indagar que efeitos aquele fato social gerou, positivos e negativos, e como eles se desenrolaram ao longo do tempo desses 40 anos.

**IHU On-Line - Em relação ao modelo econômico do governo militar, como o senhor o descreveria?**

**Wilson Cano** – A economia brasileira, como toda a economia latino-americana, estava vivendo a crise do início e meados dos anos 1960, que decorre de um esgotamento de um processo de crescimento intenso. Quase toda a América Latina viveu essa crise, no pós-guerra, ou mesmo entre os anos 1930 e início da década de 1960. Eu chamo isso de uma estabilização mais fácil. Isso foi possível graças a uma série de circunstâncias internas e externas e a uma estabilização que, retirado o caso brasileiro e uma parte do caso argentino, estava muito mais calcada em setores leves, não muito complexos, de tecnologia mais simples. O Brasil havia dado passos muito mais avantajados e havia montado uma indústria de bens duráveis e principalmente uma indústria de bens de capital. Nesse sentido, ele é quase uma exceção na América Latina, salvo uma pequena proporção da indústria argentina que também havia avançado nesse setor. No esgotamento desse processo de crescimento anterior, a economia e a sociedade exigiam uma série de reformulações profundas para que se pudesse repensar uma outra alternativa de crescimento.

**IHU On-Line- Que reformulações eram essas?**

**Wilson Cano**- Primeiro, havia o Estado Velho, que era o estado de 1929, todo remendado e precisava de uma reestruturação, e notadamente reclamava uma reforma fiscal tributária de envergadura. Em segundo lugar, a economia já era muito diferente, mas complexa, nós tínhamos ingressado na estabilização e portanto o sistema financeiro reclamava, também, reformulações que pudessem ampliar e regulamentar o crédito ao consumidor, porque as pessoas queriam comprar geladeira, televisão, automóveis, e não apenas utensílios mais baratos. A indústria e a agricultura também demandavam financiamentos mais pesados de longo prazo. Os nossos sistemas financeiros eram completamente inadequados para atender a essas reclamações. Além disso, havia outros tipos de problemas no ar. A esquerda reivindicava

uma série de reformas, como a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma tributária, a reforma do ensino. Como perdemos o ibope durante o golpe militar, quem fez as reformas naturalmente foi a direita, não exatamente como nós pretendíamos, mas fez para atender principalmente aos interesses dela. De qualquer forma, algumas dessas reformas foram extremamente positivas para a continuidade de crescimento do País. Por exemplo, a reforma tributária, a instituição da correção monetária que permitiu ao estado corrigir a sua dívida e seus títulos e, portanto, ampliar o seu financiamento, a reforma do sistema financeiro que aumentou o crédito ao consumidor, a reforma do crédito rural, a reforma para o financiamento de bens de capital no BNDS, e foram tantas que evidentemente eram sumamente necessárias. Junto com isso, foram feitas outras coisas que evidentemente nós não desejávamos, como a eliminação da estabilidade do trabalhador, em troca do fundo de garantia. Outras coisas foram bem feitas, como a instituição da caderneta de poupança e o sistema federal de habitação, que, no início, tinha como objetivo atender as demandas de habitação das classes de menor renda. Esse período de reformas foi positivo e é ele que vai permitir o primeiro avanço colossal que se dá na primeira fase do “milagre brasileiro”. Entre 1967 e 1970, o crescimento é vertiginoso, em torno de 10% ao ano. O crescimento era muito fácil, porque havia capacidade ociosa no setor privado. O estado teve as suas finanças revigoradas depois de, portanto, ampliar o gasto público, o investimento e a unidade de custeio. No período de 1970 a 1973, na continuidade do “milagre”, os militares, percebendo que a economia, crescendo a uma faixa tão alta, trazia uma série de efeitos econômicos e políticos importantes para eles, porque, com uma taxa de crescimento elevada, aumentava o emprego e, portanto, a classe trabalhadora não tinha motivo para reclamar dos salários baixos ou de desemprego que não havia mais. A classe média, porque, com o avanço da estabilização, se criaram muitos postos de trabalho moderno, de nível qualificado, com salários mais elevados e ela, portanto, teve ascensão social. O empresariado, porque ganhou como nunca na vida, não só pelo crédito fácil, mas também pelo crédito subsidiado. A agricultura se modernizou, etc. Porém os militares acharam que poderiam continuar crescendo a taxas tão altas como 10% pelo resto dos seus dias. O Geisel, como ingressou em março de 1974, tentou conduzir a política econômica na mesma direção, porque evidentemente ele já se defrontava com o problema de reproduzir o recorde inflacionário, com o problema de balanço de pagamentos, com a inflação, e com dificuldades de financiamento externo. Então teve que fazer uma política de ajuste, mas ele insistiu na mesma tecla no sentido de se atingir o Brasil potência, converter o País numa quarta ou quinta potência econômica mundial. Um erro gravíssimo que ele cometeu, porque nós demos passos muito maiores que nossas pernas permitiam.

***IHU On-Line- Sua leitura, então assinala fatos positivos e negativos no modelo econômico do governo militar?***

**Wilson Cano-** Os fatos positivos são: a taxa de emprego foi fenomenalmente alta, o PIB cresceu, como tinha crescido nos anos 1930, ou seja, mais de 10% ao ano. A urbanização avançou sobremodo, nós ampliamos consideravelmente a classe média, modernizamos parte da agricultura e uma parte substancial do setor industrial. Os fatos negativos são: nós tivemos um crescimento tão elevado da produtividade que poderíamos ter praticado evidentemente uma política de redistribuição de renda urbana bastante considerável, e isso não foi feito. Em segundo lugar, para que a classe média ficasse cooptada e apoiasse os militares, eles passaram a desviar parte substancial dos recursos da política de habitação para o financiamento da habitação da classe média e menos para o financiamento das classes populares. Em terceiro lugar, piorou a distribuição de renda. Em quarto lugar, não se fez a reforma agrária. Passados mais alguns anos, a partir de 1976, 1977, os problemas

internacionais começaram a se agravar. O segundo choque de petróleo, o primeiro foi em 1976, o segundo foi em 1979, a inflação internacional e a crise financeira internacional cresceram e, no período de 1977 a 1979, o capital financeiro internacional começou a fechar as torneiras para os países subdesenvolvidos e foram totalmente fechadas na passagem de 1979 a 1980. Isso significava afogar todo aquele processo de euforia e elevado crescimento, porque ele estava calcado no financiamento externo via endividamento. A maioria dos países latino-americanos fizeram isso. Endividaram-se, porque era muito fácil obter empréstimos internacionais, e a taxa de juros, durante muitos anos, foi negativa. Todos incorreram no mesmo problema e todos também tiveram como objetivo transformar a sua agricultura, transformar a sua indústria e tentar com isso alterar a estrutura da pauta exportadora. Hoje nós temos uma pesadíssima herança negativa que é a dívida externa e a dívida pública interna.

***IHU On-Line – A origem da dívida externa e interna estariam naqueles anos?***

**Wilson Cano** – Entre 1968 e 1973, 1974, 1975. É essa a origem.

***IHU On-Line – A partir dessas bases, desses alicerces, como foi nos anos posteriores?***

**Wilson Cano** – No meu livro *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. (Campinas: Unicamp, 2002), eu denomino esse capítulo de “O sonho acabou”. O financiamento externo foi totalmente cortado, a inflação contaminou praticamente todos os países latino-americanos, em especial o Brasil e a Argentina, caminhamos para inflações muito elevadas e tivemos a década de 1980 inteira como a década perdida, porque ficamos como um cachorro, querendo morder seu próprio rabo. Ou seja, tentando nivelar a inflação e tentando resolver o problema de maiores pagamentos. Não se resolveu absolutamente nada, se perderam 10 anos com um crescimento medíocre, com inflação alta, com falta de criação de empregos, com piora na distribuição de renda, e com o agravamento dos problemas sociais latino-americanos, principalmente problemas urbanos, como pobreza, habitação, saneamento, educação, saúde, etc. Na redemocratização brasileira, a partir de março de 1985, aconteceu isso e continuamos com os mesmos problemas estruturais econômicos.

***IHU On-Line – Quais teriam sido outras alternativas econômicas, quando se esgotou o “milagre econômico”?***

**Wilson Cano** – Infelizmente não foi possível juntar em uma mesma mesa Brasil, Argentina e México, principalmente esses três, que respondiam por um peso muito grande da dívida externa dos países subdesenvolvidos, em especial da América Latina, porque evidentemente esses países estavam fragmentados por interesses externos muito diferentes. O México com seus interesses colados na economia norte-americana, a Argentina com um pressuposto ideológico muito complicado, pró-americano. Ela sempre tentou conduzir o estado argentino para uma forma liberal. Com isso sofreu uma desestabilização do mercado interno. Então eles não se uniram para tentar fazer uma frente para enfrentar o capital financeiro internacional, tentarem obter, no mínimo, uma negociação da dívida externa, em bases mais condizentes com as necessidades da população. Isso não foi feito ou não foi possível, de qualquer maneira. Houve até ensaio para essa tentativa com os presidentes Alfonsín e com Sarney em 1985, que resultou na criação do livre comércio e mais tarde no Mercosul, mas foi uma amizade sem qualquer resultado objetivo.

***IHU On-Line – Haveria possibilidades de estabelecer semelhanças e diferenças entre o modelo instalado pelo golpe militar, o modelo posterior do governo FHC e o modelo econômico atual do presidente Lula?***

**Wilson Cano** – Nós tivemos um período de largo crescimento entre 1967 e 1980. Depois tivemos, na década de 1980, uma paralisia, houve o problema da inflação, juros, de resolução do problema da dívida externa e mais nada. Depois, nos anos 1990, foi o neoliberalismo, que trouxe os grandes problemas de inflação, de dívida pública, dívida externa, etc. Só que agora a política econômica adotada foi ainda pior. Antes, pelo menos, nós tínhamos salva-guardas, nós tínhamos grau de proteção para nossa economia e para nosso emprego e tudo isso foi jogado fora com a política de abertura comercial e financeira, a partir já do governo Collor, em 1990. Nós jogamos fora tudo isso. Então hoje eles nos invadem 24 horas por dia. Atualmente a situação é diferente, as políticas são diferentes, a dos anos 1990 e a dos anos 1980, mas continuamos como cachorros, querendo morder o próprio rabo. Estamos tentando evitar que a inflação suba, tentando evitar que a dívida pública interna suba muito, e tentando fazer com que o problema da dívida externa não derrame no chão. Temos uma mesma política econômica de curto prazo, tentando buscar inutilmente a estabilidade a todo custo e com isso estamos repetindo os mesmos erros da década de 1980 só que piorados, porque além de não crescermos praticamente nada, como nos anos 1980, agora a situação, com a mudança das tecnologias, com uma série de mudanças na estrutura produtiva fizeram com que o desemprego na América Latina mais do que duplicasse. Então nós estamos numa situação muito pior do que nos anos 1980.

**IHU On-Line – A geração que está governando foi uma geração que lutou contra o golpe militar e contra o governo militar.**

**Wilson Cano** – Sim. Eles foram contra as políticas ortodoxas monetárias contra esse controle férreo do gasto público, contra as privatizações, contra tudo. Só que são eles que estão no poder agora.

**IHU On-Line – O que está faltando? Vontade política?**

**Wilson Cano** – Essa é uma pergunta de caráter político muito complicada. Eu mesmo fazia parte da assessoria do PT. Fazia parte do grupo mais alto de economistas do Partido. Esses anos todos ficamos discutindo e escrevendo, fazendo o programa do partido. Eu não fui para o governo, tive uma briga muito séria dentro do partido em julho de 2002, porque me rebelei contra algumas coisas que estavam sendo ditas, portanto eu me afastei.

**IHU On-Line – Seu afastamento do PT foi por causa do modelo econômico que se preparava para quando Lula fosse governo?**

**Wilson Cano** – Justamente, porque eles estão dando continuidade ao modelo neoliberal do Fernando Henrique Cardoso. A única solução acertada é a política externa. Vamos ver até onde vai ser possível. Mas, de resto é a mesma coisa.

**IHU On-Line- Na atualidade o senhor continua sendo um dos assessores econômicos do governo, tem alguma participação?**

**Wilson Cano**- Não, nenhuma. Não me retirei do partido, porque ainda tenho alguma esperança, não sei se é ingenuidade minha, de que se possa discutir e mudar isso dentro do partido. Cada dia que passa vejo isso mais longínquo.

**IHU On-Line- Se o governo estivesse mais aberto a escutar os economistas e intelectuais mais críticos, haveria uma mudança?**

**Wilson Cano**- Você vê o que está se passando agora sob o cenário de uma crise ética, de corrupção. Na verdade, está sendo encoberta uma luta interna dentro do governo. O discurso

do Palocci alguns dias atrás na televisão é sintomático. Ele insistiu que a manutenção da política econômica ia ser a mesma. O acontecido com José Dirceu e o tratamento dado a José Dirceu pelo partido desviou a atenção da política econômica. Estamos sendo bombardeados por essa coisa de corrupção. Eu não digo que não haja corrupção, que tenha sido inventada. Esse fato está sendo usado para bombardear a parte do governo que quer mudanças.

**IHU On-Line- E o senhor acha que essa tentativa de mudança é representada pelo Ministro José Dirceu?**

**Wilson Cano-** Em alguns fragmentos de discurso, algumas atitudes, declarações tenho visto isso. O partido está amordaçado com essa política econômica que aí está.

## “O GOLPE DIVIDIU A IGREJA E A SOCIEDADE”

### Entrevista com Pe. Beozzo

*José Oscar Beozzo é padre, teólogo e historiador, um dos maiores historiadores da Igreja na América Latina. É coordenador geral do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular – Cesep. É autor de inúmeros livros, entre os quais A Igreja do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1993. Faz parte do Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA-Brasil), filiado à Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina e no Caribe (CEHILA).*

#### **IHU On-Line – Qual foi a reação da Igreja no golpe militar de 1º de abril de 1964?**

**José Oscar Beozzo** – A sociedade brasileira estava profundamente dividida naquele momento e a Igreja também. Alguns setores importantes da Igreja apoiavam as reformas do governo Goulart, mas havia outros que não o faziam. Oficialmente a CNBB apoiava a reforma agrária, a reforma administrativa, a reforma educacional, um leque de reformas. Em 1962, houve uma declaração importante da CNBB nesse sentido, outra em 1963, quando havia muita controvérsia no País. A maior delas era em relação ao pagamento das terras desapropriadas: se o Estado podia ou não pagar em títulos, porque a direita pressionava para que o governo pagasse em dinheiro. Não havia problema que o Estado pagasse em títulos, mas a direita nunca aceitou<sup>1</sup>. Nos dias que precederam o golpe, aconteceu uma reunião em São Paulo entre D. Carlos Carmelo Motta, cardeal de São Paulo, Dom Hélder Câmara, respectivamente presidente e secretário da CNBB, e o presidente Jango, porque a situação estava indo para o abismo. Inclusive foi o presidente que pediu a reunião. Eles impuseram uma condição: não haver fotos. Terminada a reunião, o presidente pediu permissão para tirar uma foto com o pessoal dele e no dia seguinte a foto que saiu estampada na primeira página dos jornais foi a do presidente, junto com o cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo Motta, e com Dom Hélder. Ela foi usada politicamente. Do outro lado, havia a campanha do padre Peyton, norte-americano, da Marcha com Deus pela família<sup>2</sup>, contra o comunismo, que mobilizou 500 mil pessoas. Bispos da extrema direita, como Dom Geraldo Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, MG, dizendo que o Estado não tinha direito de fazer reforma agrária, de dividir a

<sup>1</sup> A idéia que pe. Beozzo pretende passar é de que a Igreja aceitava que o pagamento das terras para desapropriação fosse feita mediante o pagamento de títulos. Era a proposta do governo Goulart. A direita queria que o pagamento fosse feito em dinheiro. Isso inviabilizava a reforma agrária. Em 1965, por ironia da história, o Estatuto da Terra promulgado pela ditadura militar, vai admitir o pagamento em títulos e não em dinheiro. (Nota do IHU).

<sup>2</sup> Trata-se da campanha da reza do terço em família, cujo lema era “família que reza unida permanece unida” que mobilizou as marchas contra o comunismo. (Nota do IHU)

terra e assim por diante. Havia um panorama complexo com a ação católica, sobretudo a Juventude Universitária Católica – JUC, tomando uma posição bastante à esquerda, ainda mais a Ação Popular – AP, que tinha saído da JUC como partido político cristão de esquerda. Um leque importante de bispos apoiando as reformas e já um núcleo bem à direita que pregava, inclusive, uma resistência armada a qualquer reforma, sobretudo à reforma agrária. Quando aconteceu o golpe a Igreja ficou um pouco paralisada. Como ela estava dividida internamente, não se pronunciou, nem no dia, nem no dia seguinte, nem na semana seguinte. Só quatro semanas depois, houve uma reunião do conselho permanente da CNBB, que era formado pelos arcebispos, pelos cardeais e pela direção da CNBB, somando umas 28 pessoas. Eles discutiram durante três dias, houve dois rascunhos de declarações e não chegaram a um acordo. Um rascunho tinha sido redigido por Dom Sigaud, que era o arcebispo de Diamantina, dizendo que agradecia a Deus pela intervenção dos militares, que tinham salvado o País do comunismo. O outro foi redigido por Dom Hélder Câmara, denunciando as prisões arbitrárias, a tortura, que estavam perseguindo os militantes da Igreja, prendendo injustificadamente. Como não houve um acordo, eles juntaram as duas declarações. Essa era a declaração da CNBB que saiu no jornal. A primeira parte é o texto do Dom Sigaud, que agradece aos militares, a segunda parte é o texto de Dom Hélder, que reafirma o compromisso da Igreja com as reformas de base, com a opção pelos pobres, que denunciam que estava havendo arbitrariedade. Os 28 assinaram embaixo, uns por causa da primeira parte e outros por causa da segunda. O golpe dividiu tão profundamente que não houve mais um pronunciamento político da CNBB até 1977, porque essa divisão interna permaneceu. A direita da Igreja foi diluindo seu posicionamento por causa do Ato Institucional n.º 5 de 1968. Em 1968, a assembléia devia fazer um pronunciamento e não o fez. Demorou 10 anos. Somente em 1977, chegou a um consenso que foi publicado no documento *As exigências cristãs para uma ordem política*. A CNBB levou 13 anos para poder redigir um documento que transmitisse o consenso geral, que falou do estado de direito, dizendo que não poderia haver ditadura, que os direitos das pessoas precedem os do Estado. O Estado não tem direito de violar o outro, e os direitos da pessoa, sob qualquer pretexto, são anteriores ao Estado, não dependem dele. A ordem democrática era uma emergência e demorou 13 anos para costurar um novo consenso. As posições eram muito firmes, mas sempre regionais, o que dificultava chegar a um consenso geral. Os bispos do Nordeste muito cedo fizeram um documento de denúncia chamado *Desenvolvimento sem justiça*. Depois foi o documento *Ouvi os clamores do meu povo*, de Dom Hélder e um grupo de bispos e superiores religiosos provinciais do Nordeste. Os bispos do centro-oeste redigiram um documento sobre o modelo econômico e sobre a questão da terra. Os bispos do estado de São Paulo elaboraram o famoso documento de Brodóski, denunciando as torturas e exigindo a paz. Mas são sempre declarações regionais. O primeiro consenso grande do documento político de toda CNBB é de 1977, intitulado *As exigências cristãs de uma ordem política*<sup>3, 4</sup>

---

<sup>3</sup> Exigências cristãs de uma ordem política, Documentos da CNBB, no. 10, São Paulo: Edições Paulinas, 1977. Há outras edições posteriores que podem ser consultadas. Este documento abre uma série de outros documentos oficiais da CNBB que abordam a situação política do Brasil: **Igreja e problemas da terra** (1980), **Por uma nova ordem constitucional** (1986), **Exigências éticas da ordem democrática** (1989). Todos estes documentos foram editados pelas Edições Paulinas. (Nota do IHU)

<sup>4</sup> Pe. Beozzo mostra que o primeiro grande documento da CNBB de contestação à ditadura é de 1977. Antes houve a elaboração de documentos regionais: dos bispos do Nordeste, liderados por D. Hélder Câmara, arcebispo de Recife, dos bispos do centro-oeste liderados por D. Fernando Gomes, arcebispo de Goiânia e pelos bispos de São Paulo, liderados por D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo. (Nota do IHU)

**IHU On-Line – Dentro de tudo isso como se moviam as diferentes congregações religiosas? Também havia uma divisão?**

**José Oscar Beozzo** – A divisão dos grupos da Igreja foi interna. Houve religiosos, que apoiavam o governo, inclusive denunciando colegas da mesma congregação. Em 1968, um grupo de bispos pediu que o governo intervisse dentro da Igreja, porque havia bispos comunistas e nem a CNBB nem o Vaticano tomava providências, pedindo aos militares para reprimir os próprios bispos. Dom Geraldo Sigaud e alguns bispos denunciaram outros bispos da CNBB como comunistas. Isso já era o desespero. A extrema direita se isolou, mas não conseguia unir a CNBB. Dom Helder lançou as Minorias Abraâmicas, um movimento mais radical, que também não levava os bispos a um consenso. Eu estava na Assembléia da CNBB de 1968 e ouvi o Hélio Beltrão, ministro de Planejamento, que falou apenas para os bispos que o quisessem, porque não era consenso que falasse para toda a CNBB. Nesse mesmo instante, Dom Helder estava reunido, no mesmo prédio, com Márcio Moreira Alves<sup>5</sup>, e com jovens que haviam estado presos, lançando esse projeto de Minorias Abraâmicas. Então, Hélio Beltrão, tentando justificar o programa do Marechal Costa e Silva, dizendo que ele estava pondo em prática a *Populorum Progressio*<sup>6</sup> e, no mesmo prédio, Dom Helder e outros bispos, junto com estudantes, fazendo a crítica radical ao modelo. Nessa mesma Assembléia, Dom Cândido Padim<sup>7</sup> apresentou um documento chamando a Lei de Segurança Nacional como uma lei nazista-fascista que tinha princípios totalitários. Esse documento foi à imprensa e criou uma grande confusão.

**IHU On-Line- O senhor tem falado algumas vezes sobre o padre Pedro Calderán Beltrão, que nos é muito próximo, aqui em São Leopoldo. Qual foi o papel dele durante esses anos?**

**José Oscar Beozzo**- O padre Beltrão era um sociólogo especialista em demografia que dava aulas na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, de Sociologia e dava aulas também em São Leopoldo, na Unisinos<sup>8</sup>. Em 1968, houve o Congresso da Juventude Universitária Católica – JUC - em Natal, no Rio Grande do Norte e lá ele denunciou outro padre jesuíta, Henrique C. de Lima Vaz<sup>9</sup>, que era um assessor da JUC, um grande filósofo, dizendo que ele era hegeliano, que era marxista e que a JUC tinha se tornado marxista. Ele denunciou isso em Natal, onde Dom Eugênio Sales<sup>10</sup> era o arcebispo. Aí começou o calvário da JUC, porque esse documento do padre Beltrão, denunciando o embasamento filosófico, que era dado por outro jesuíta, serviu de base para muitas suspeitas e confusões que a JUC sofreu depois.

<sup>5</sup> Márcio Moreira Alves era deputado federal. Ele se notabilizou pelo pronunciamento que fez na Câmara Federal, durante a semana da pátria, em 1968, contra o regime militar. Os militares pediram a sua cassação como deputado federal. A Câmara negou o pedido. Isso deu a oportunidade para que os militares decretassem o Ato Institucional no. 5, no dia 13 de dezembro de 1968. Márcio Moreira Alves, hoje, é jornalista e escreve no jornal **O Globo**. (Nota do IHU)

<sup>6</sup> **Populorum Progressio** é a encíclica do papa Paulo VI, intitulada O Desenvolvimento dos Povos, emitida na páscoa de 1967. Ela teve uma grande repercussão no mundo, especialmente, na América Latina. (Nota do IHU)

<sup>7</sup> D. Cândido Padim, bispo de Bauru, SP, beneditino, profundo conhecedor do direito constitucional foi um dos bispos que sempre contestou o regime militar. (Nota do IHU).

<sup>8</sup> Padre Beltrão foi o fundador do antigo CEDOPE. (Nota do IHU).

<sup>9</sup> Sobre o padre jesuíta e filósofo Henrique C. de Lima Vaz confira o **IHU On-Line** edições nº 19, de 27 de maio de 2002, e de nº 59, de 12 de maio de 2003.

<sup>10</sup> D. Eugênio Sales é, hoje, cardeal arcebispo emérito do Rio de Janeiro. (Nota do IHU).



**IHU On-Line - Qual foi o papel dos Círculos Operários?**

**José Oscar Beozzo-** Os Círculos Operários são anteriores a 1964. Começaram no fim da década de 1920, no Rio Grande do Sul e tiveram um peso muito grande, porque, com a ditadura, Vargas fechou os sindicatos e repassou muito dinheiro para os círculos operários, que tinham uma concepção de colaboração entre operários e patrões, uma costura de colaboração de classes, e não de lutas de classes. Logo, eles estiveram no auge durante a ditadura Vargas, porque receberam muito dinheiro do Estado, com a concepção fascista de Getúlio<sup>11</sup>. Mas, já com a redemocratização em 1945, se desfazem, e o trabalho da Igreja com a classe operária vai mais pela Juventude Operária Católica - JOC, pela Ação Católica Operária – ACO.

**IHU On-Line - Há um olhar mais crítico e unânime sobre os anos de repressão 40 anos depois dentro da Igreja?**

**José Oscar Beozzo-** Esse olhar, como coloquei antes, foi alcançado em 1977, com um documento votado por toda a Assembléia, corajoso, que abençoa toda a redemocratização do País, uma condenação, sem nenhum meio termo, da cassação dos direitos das pessoas, de um Estado que não se regia pelo estado de direito, tudo isso é uma política consensual de conjunto da Igreja, que já aconteceu em 1977, e não agora 40 anos depois. Houve só uma meia dúzia que não assinou o documento, dos 300 bispos. Ter alcançado esse consenso deu muita força à Igreja.

**IHU On-Line - A partir desse documento a sociedade sentiu mais forte a posição da Igreja?**

**José Oscar Beozzo-** A partir daí a Igreja entrou na Campanha pela Anistia, pela redemocratização, pelas eleições diretas. Foi uma linha clara da CNBB.

**IHU On-Line - Assinalaria a figura de Dom Hélder como uma das centrais na luta contra a ditadura?**

**José Oscar Beozzo-** Dom Hélder saiu do cenário da CNBB, em outubro de 1964. Na ocasião, tomou posse uma nova presidência da CNBB, que era contra as idéias dele. Assim, se tornou difícil qualquer declaração, porque a cúpula da CNBB apoiou o regime, o cardeal Agnelo Rossi<sup>12</sup> era muito conivente com o regime e não acreditava que houvesse tortura, dizia que isso era campanha orquestrada pelo exterior... Ele era presidente e substituiu o Cardeal Carlos de Vasconcelos Motta e dom Gonçalves, que era um burocrata, substituiu Dom Hélder. A nova cúpula varreu toda a antiga CNBB e apoiou o regime. Houve consenso só quando Dom Aloysio Lorscheider<sup>13</sup> assumiu a secretaria da CNBB, depois a presidência, e seu primo, Dom Ivo Lorscheiter<sup>14</sup>, chegou à secretaria geral.

**IHU On-Line - A Igreja de Roma como acompanhou todo esse tempo?**

<sup>11</sup> Sobre os Círculos Operários confira a resenha do livro de Jessie Jane, *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*, publicada na 44ª edição de **IHU On-Line**, de 25 de novembro de 2002. (Nota do IHU)

<sup>12</sup> D. Agnelo Rossi, cardeal-arcebispo de S. Paulo, substituiu D. Carlos Carmelo Motta. Este último se opusera ao golpe militar e foi transferido para o arcebispado de Aparecida do Norte. (Nota do IHU).

<sup>13</sup> D. Aloísio Lorscheider, franciscano, então era bispo de Santo Ângelo, RS. Depois foi arcebispo de Fortaleza, nomeado cardeal, e depois foi arcebispo de Aparecida do Norte, SP. Hoje, aposentado, vive num convento em Porto Alegre, RS. Ele foi uma figura proeminente no episcopado brasileiro. (Nota do IHU).

<sup>14</sup> D. Ivo Lorscheiter, até recentemente, foi bispo de Santa Maria. Foi por longos anos, secretário-geral e presidente da CNBB. Nestes cargos, sempre foi um firme opositor do regime militar. (Nota do IHU).

**José Oscar Beozzo**- Estávamos saindo do Concílio Vaticano II, que foi uma reviravolta da Igreja, com a *Gadium et Spes*, documento social do Concílio<sup>15</sup>. Logo depois, veio a encíclica *Populorum Progressio*, que aborda a questão do desenvolvimento, da cisão norte-sul, e não a divisão comunismo- liberalismo. Era a ruptura mais central: países pobres - países ricos, e não sobre uma ideologia. Nesse sentido, há um respaldo à posição militante da Igreja, também com a Conferência Latino-americana de Medellín<sup>16</sup>. Paulo VI sempre defendeu os bispos que o regime queria tirar. O regime queria afastar Dom Pedro Casaldáliga<sup>17</sup>, e Paulo VI o manteve firme. O regime militar ficou muito desconfortável quando Roma tirou o cardeal Rossi por causa da questão das torturas dos dominicanos<sup>18</sup> que ele publicamente disse que não tinha havido, e o Papa sabia que sim, porque o superior geral dos dominicanos e o Cardeal Alfrink<sup>19</sup>, que era membro da Pontifícia Comissão Justiça e Paz, do Vaticano, vieram visitar o Brasil, estiveram na prisão e denunciaram publicamente para o mundo inteiro o que viram, e o Cardeal de São Paulo desmentia. Roma tirou o cardeal Rossi e o transferiu para Roma e colocou no seu lugar Dom Paulo Evaristo Arns que cuidava dos presos políticos<sup>20</sup>. Nesse período mais duro, Roma respaldou o episcopado e a Igreja do Brasil. A partir de 1977, 1978, começou a mudar. A repressão que vinha do Estado parou e veio repressão de Roma. Quando relaxou a pressão do Estado, Roma começou a fazer ajustes de contas.

## O BRASIL NO IMAGINÁRIO E NOS PORÕES DA DITADURA

### Entrevista com Carlos Fico

*Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e doutor em História Social pela USP, Carlos Fico é professor no departamento de História da UFRJ e criador do Centro Nacional de Referência Historiográfica (CNRH). Entre seus livros estão: A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992 (co-autoria com Ronald Polito); A História no Brasil (1980-1989): séries de dados. Ouro Preto: Editora UFOP, 1994 (co-autoria com Ronald Polito); Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977). Rio de Janeiro: FGV, 1997; O*

<sup>15</sup> O Concílio Vaticano II começou no dia 11 de outubro de 1962 e terminou no dia 8 de dezembro de 1965. *Gaudium et Spes*, que significa, As alegrias e as esperanças, é um dos documentos mais importantes deste Concílio. (Nota do IHU).

<sup>16</sup> Em 1968, na esteira do Concílio Vaticano II e da encíclica *Populorum Progressio*, realiza-se, na cidade de Medellín, Colômbia, a II Assembléia Geral do Episcopado Latino-Americano que dá origem ao importante documento que passou a ser chamado o Documento de Medellín. Nele se expressa a clara opção pelos pobres da Igreja Latino-Americana. A conferência foi aberta pessoalmente pelo papa Paulo VI. Era a primeira vez que um papa visitava a América Latina. (Nota do IHU).

<sup>17</sup> D. Pedro Casaldáliga é bispo prelado de São Félix, MT. É poeta e escritor de renome internacional. Quando assume a prelazia de São Felix, em pleno regime militar, denuncia veementemente o latifúndio e defende a reforma agrária e o direito indígena à terra. Foi duramente perseguido pelo regime militar. Pe. João Bosco Penido Burnier, jesuíta, foi assassinado ao lado dele, no dia 12 de outubro de 1976. (Nota do IHU).

<sup>18</sup> Entre os muitos cristãos que foram presos e torturados no regime militar, foram destacados pela opinião pública os freis dominicanos Carlos Libânio Christo, o Frei Betto, Ivo Lesbaupin, Tito Alencar, entre outros. Sobre isto podem ser consultados, entre outros, os livros de Frei Betto, **Batismo de Sangue** e Jacob Gorender, **O Combate nas Trevas**. (Nota do IHU).

<sup>19</sup> Cardeal Alfrink, arcebispo de Utrecht, na Holanda, foi uma das figuras mais importantes do Concílio Vaticano II. (Nota do IHU).

<sup>20</sup> Confira a entrevista com o cardeal Paulo Evaristo Arns no boletim IHU On-Line nº 95, de 5 de abril de 2004.

*Regime militar. São Paulo: Saraiva, 1999; Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001; Além do golpe. Rio de Janeiro: Record, 2004.*

**IHU On-Line-** Sua tese de doutorado, que depois foi publicada, levou o título **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. O que caracterizou o imaginário sobre o Brasil durante o governo militar?**

**Carlos Fico-** A propaganda da ditadura militar se fundamentou em longas tradições históricas que existem no Brasil em relação a uma visão otimista. Nós teríamos, pelo menos na sociedade brasileira no que se refere ao futuro do País, a velha utopia brasileira de grandiosidade da natureza e também um caráter nacional que singularizaria o povo brasileiro, com suas características positivas. É uma tradição de otimismo muito antiga que vem desde o século XVI e foi utilizada, com muito sucesso, pela propaganda política da ditadura militar. O que eu tentei fazer nessa tese foi articular aquele ufanismo da propaganda política a essa tradição secular de otimismo que existe no Brasil. Esse imaginário da sociedade brasileira, falando em termos naturalmente genéricos e simplificados, se afixa numa série de convicções, de crenças quanto ao perfil do brasileiro, ao perfil do País, às características que singularizariam o Brasil e seu povo, de modo que essa propaganda política, para ter sucesso, se assentou num material histórico pré-existente, que é esse imaginário relativo ao otimismo brasileiro, à crença de que o Brasil é um país fadado ao sucesso, é um país do futuro, um Brasil potência. Todas essas características que a gente julga terem sido inventadas pela ditadura militar, foram, na verdade, reinventadas de um material histórico que já existia.

**IHU On-Line-** Uma espécie de estratégia para desviar o olhar do que realmente estava acontecendo nesses anos?

**Carlos Fico-** Claro. Toda propaganda política tem esse propósito, especialmente em ditaduras ou regimes autoritários em geral. Desviar a atenção das questões de repressão de autoritarismo, para uma suposta vida bem sucedida de tranquilidade, etc. Toda propaganda política tem esse propósito em caso de ditadura. Também no Brasil foi assim. O que os militares fizeram foi lançar mão desse material histórico do Rio de Janeiro para propagar a idéia de que nós estávamos vagamente no caminho de um Brasil potência.

**IHU On-Line-** Esse imaginário foi ajudado pelo momento inicial econômico que parecia bastante promissor?

**Carlos Fico-** É, a época foi muito propícia. A divulgação dessa idéia, porque era a ocasião do “milagre econômico”, de um lado, quando o Brasil cresceu num índice realmente surpreendente e de outro ainda por coincidências conjunturais, como a conquista da Copa do Mundo pelo Brasil. Isso foi também utilizado pelos assessores de relações públicas, como eles se chamavam, da ditadura para a elaboração dessa propaganda ufanista.

**IHU On-Line-** Esse imaginário continua existindo nos tempos atuais?

**Carlos Fico:** Esse imaginário é bastante perene. Em alguns momentos, ele fica adormecido, mas, de tempos em tempos, em função de situações conjunturais, ele reaparece. É o caso, por exemplo, do lançamento do Plano Cruzado, depois do fim da ditadura, em 1986, pelo ex-Presidente Sarney, quando esse tipo de ebulição, de acionamento deste imaginário social foi retomado, numa onda de otimismo muito grande, embora de curtíssima duração, porque o plano logo fracassou. A crise econômica dos últimos 20 anos tem feito com que essa crença otimista num Brasil grandioso, do futuro, etc., permaneça adormecido. Mas eu imagino que se a

gente tiver, um, dois três anos de crescimento econômico sem maiores crises, qualquer governo que esteja no poder vai lançar mão dessa utopia nacional do otimismo.

**IHU On-Line- O senhor escreveu um livro intitulado *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Como era a situação de espionagem enquanto acontecia a propaganda ufanista?***

**Carlos Fico-** Eu entendi que, para compreender a ditadura militar, havia que estudar o que chamo de pilares repressivos, ou instâncias repressivas da ditadura, ou seja, a propaganda política, por onde comecei, mas também a espionagem, a polícia política, a censura da imprensa, a censura de diversões públicas e uma instância que era chamada de CGI, Comissão Geral de Investigações, que fazia julgamentos sumários para pessoas supostamente corruptas. Em 1998, descobri o acervo de documentos secretos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e comecei a trabalhar com o tema da espionagem e da polícia política. E este livro, *Como eles agiam*, trata da espionagem e da política. Mais recentemente eu trabalhei com o acervo da divisão de censura para tratar desse outro patamar, outro pilar da ditadura, que são as censuras, censura da imprensa e das diversões públicas. Na semana passada, lancei outro livro, também pela Record, um livro de avaliação das teses que explicam o golpe, ele se chama *Além do golpe*, está chegando agora nas livrarias.

**IHU On-Line- Há quem afirme que a ditadura no Brasil foi mais “branda” que em outros países de América Latina. O senhor que estudou esses porões da ditadura, concorda com essa afirmação?**

**Carlos Fico-** Eu acho que é uma contabilidade um pouco mórbida, quantos morreram, onde morreu mais gente... O fato de a Argentina e o Chile terem ditaduras mais violentas, não desculpa em nada a ditadura militar brasileira, que foi igualmente violenta, quando foi necessário, embora tenha causado um número menor de vítimas. Na verdade, a repressão brasileira foi bem mais dirigida e, nesse sentido, mais eficaz entre aspas do que as demais ditaduras da América Latina, que fizeram a repressão de maneira muito mais aleatória, talvez por conta do sistema de espionagem brasileiro que atuava já desde antes de 1964 - o SNI, foi criado em 64, mas antes já havia atividades de espionagem- de modo que a repressão sabia exatamente a quem buscar. Acho que essa comparação é equivocada, porque, se houvesse a necessidade de uma violência, descontrolada, abrangente, os militares brasileiros também a teriam feito.

**IHU On-Line- O senhor se referiu a um documento que encontrou há poucos anos. Que documento é esse?**

**Carlos Fico-** É um acervo documental da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça. Em cada Ministério civil, havia uma DSI. As DSIs eram repartições, subdivisões do SNI, nos ministérios civis. Em 1998, eu fiquei sabendo que o arquivo nacional estava de posse dessa documentação, então eu fiz um requerimento ao ministro da justiça, solicitando acesso aos documentos, o que me foi concedido depois de um longo processo. É o primeiro acervo de documento secreto da ditadura pesquisado por um historiador brasileiro. Com base nesse acervo, eu fiz o *Como eles agiam* e criei o grupo de estudos sobre a ditadura militar, na UFRJ. Como é um acervo muito grande, envolvi mestrandos e doutorandos, trabalhando com temas específicos.

**IHU On-Line- A pesquisa histórica sobre a ditadura estaria então em seus inícios?**

**Carlos Fico-** Não tem dúvida. Há muito estereótipo sobre a ditadura militar. O senso comum tem leituras muito equivocadas sobre isso, porque o trabalho do historiador sobre o tema da ditadura, que vamos aos poucos desmontando com a pesquisa histórica, é muito recente. O que houve foram avaliações da ciência política e também memórias: uma grande memória mística, que existe, sobretudo desde os anos 1970, da direita e da esquerda. Mas o trabalho de historiador com base no acervo documentário, emanado da ditadura militar é muito recente.

## O PASQUIM: RESISTÊNCIA CRÍTICA E HUMOR

### Entrevista com José Luiz Braga

*José Luiz Braga é coordenador do PPG em Comunicação da Unisinos, doutor em Ciências da Informação e da Comunicação pela Universidade de Paris II, França. A tese de doutorado, que posteriormente foi publicada intitula-se **O Pasquim e Os Anos 70**. Brasília: UNB, 1991. Na pesquisa, Braga fez entre 1980 e 1984 um estudo do jornal semanal **O Pasquim**, abrangendo as origens do jornal, em 1969, até 1982, data em que **O Pasquim** começou uma nova fase. O pesquisador é também autor de **Comunicação & Educação - Questões delicadas na interface**. São Paulo: Hacker Editores, 2001 e organizador de **Brasil - Comunicação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994; e **A Encenação dos Sentidos - Mídia, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995. O professor foi entrevistado pelo **IHU On-Line**, em sua editoria **IHU Repórter**, na edição n.º 77 do dia 29/09/2003.*

**IHU On-Line-** Quais eram as condições sociais, políticas e culturais que levaram à criação de **O Pasquim**?

**José Luiz Braga-** Ele não começou como contestação ao regime militar. Começou numa perspectiva de sobrevivência dos jornalistas que o criaram. Em 1964, o governo cortou uma série de coisas que eram mais visivelmente populares, com perfil de esquerda, e que imediatamente se tornariam contestadoras: movimentos estudantil e sindical, jornais de esquerda e uma série de ações muito concretas que aconteciam no País, relacionadas à reforma agrária, às experiências educacionais de Paulo Freire, etc. Com relação à imprensa, a ação foi maior sobre a imprensa partidária e sindical e menos sobre a imprensa geral. O período entre 1964 e 1968 ainda, para a imprensa é muito rico, tanto que surgiu a revista **Veja**, que não é a **Veja** que conhecemos hoje. Era uma revista extremamente renovadora. Apareceu a revista **Realidade**, o **Jornal da Tarde**. Todas elas experiências muito ricas de jornalismo, porque os jornalistas que saíram dos jornais que foram fechados foram para esses espaços. No pré-1964, havia um perfil de jornalista crítico, analítico, contestador. Em 1968, surgiram novas complicações para a imprensa. Quando veio o “golpe dentro do golpe”, com o AI-5, começou uma pressão radical sobre as empresas jornalísticas para frear o profissional do jornalismo crítico e politicamente ativo. **O Pasquim** começou em julho de 1969. Um grupo que tinha perdido espaços nos jornais, humoristas, desenhistas de humor, que faziam charge política, criaram **O Pasquim** como estratégia de sobrevivência. A idéia deles era criar um jornal de humor para abordar outros assuntos que não fosse política e se deslocaram para a crítica de costumes, a crítica cultural.

**IHU On-Line-** Mas ainda sem querer acabaram fazendo uma proposta que incomodou os militares?

**José Luiz Braga-** Em um período bastante curto, eles descobriram que a crítica de costumes incomodava o governo. O que não foi pensado para criticá-lo acabou incomodando-o e é fácil entender por quê. A política conservadora dos militares era coerente com uma política conservadora dos costumes, tirados dos velhos baús de família, valores extremamente

tradicionais, como a posição da mulher na sociedade, etc. Diante disso, uma crítica de costumes numa perspectiva sarcástica, que criticava exatamente esses valores, foi sentida pelo regime militar como crítica política. Os jornalistas do **Pasquim** pensavam estar trabalhando numa área de baixo risco e, de repente, todo o mundo é preso, depois da lei da censura prévia, sem nem saber por quê. Só nesse momento perceberam que aquilo que faziam tinha um sentido político.

**IHU On-Line- Como continuou o jornal estando eles presos?**

**José Luiz Braga-** Eles ficaram presos uns 20 ou 30 dias. O único que não foi preso, porque apenas publicava os cartoons, foi Millor Fernandes. Ele e o Henfil fizeram os quatro números do jornal. Esses números são muito interessantes, porque eles não podiam sequer noticiar que os outros estavam presos. Pensaram em fechar o jornal, mas resolveram assumir e eles dois publicaram charges ao estilo dos outros, como se fossem Ziraldo, Jaguar, etc. Como se o **Pasquim** estivesse sendo redigido normalmente, mas era evidente a diferença. Uma forma óbvia de dizer que os outros não estavam. Nessa época, publicavam muita carta do leitor. Alguns leitores reclamavam, não entendiam e escreviam: “O **Pasquim** está uma droga, mudou. O que está acontecendo?”. Por esse fato, muitas pessoas entenderam que havia um espaço cultural rico em **O Pasquim**, que fazia sentido como contestação, a contestação possível da época. E começaram a aparecer militantes culturais de diversas áreas, intelectuais, artistas, produtores culturais, etc, porque perceberam que era um espaço a ser defendido e, nele podiam dar sua contribuição. Começou, então, a ser um jornal humorístico e de crítica social, cheio de entrelinhas, de insinuações. No início, os censores não percebiam certas obviedades. Por exemplo, eles mudavam a cada semana o lema do jornal. Um deles, que passou pela censura prévia, dizia “tesoura sim, alicate não”. Uma crítica contra a tortura, ou seja, “a censura a gente agüenta, mas a tortura não”. Claro que muita gente não entendia, era preciso ter uma percepção do contexto.

**IHU On-Line- O público que compreendia a mensagem do jornal era muito reduzido?**

**José Luiz Braga-** Roberto Schwartz em um estudo dos anos 1970, diz que a esquerda brasileira era, na época, um grupo de 50 mil pessoas, urbanas, especialmente de São Paulo, e acho que esse número era otimista. Mas claro que não eram só eles os leitores de **O Pasquim**, o jornal chegou a ter uma tiragem de 120 mil exemplares, que, para a época, era absolutamente extraordinário.

**IHU On-Line- Qual era a diferença dos outros jornais alternativos da época?**

**José Luiz Braga-** A diferença estava, por exemplo, nas linhas editoriais. Nos jornais alternativos, geralmente o editorial era decidido semana a semana em assembléia, mas sempre ficavam vozes que calavam, já que ganhava a maioria. **O Pasquim** era diferente. O camarada tinha uma coluna e colocava o que ele queria, o que possibilitava, inclusive, debate entre colunas. Na verdade, era um jornal de colunas, sendo que algumas eram desenho. Eram espaços de decisão individual do autor. Frequentemente brigavam “ao vivo” no jornal. Jaguar publicava uma charge, no número seguinte o Ivan Lessa fazia uma crítica daquilo, na outra alguém colocava uma terceira posição e, acompanhando uma série de jornais fica evidente essa polêmica, acontecendo ao vivo no jornal. Isso o mantinha muito rico, muito vivo e muito plural.

**IHU On-Line- Que outras formas eles usavam para passar pela censura?**

**José Luiz Braga-** Para sair um jornal, eles produziam três, o que tinha um efeito de cansaço sobre o censor, que sempre deixava passar alguma coisa. No começo, quem fazia a censura era uma mulher com uma certa formação jornalística. Eles descobriram que ela gostava de beber, então a convidavam para ir ao jornal, ficavam batendo papo e bebendo, depois entregavam a edição da semana para ela, e a censura era mínima. Logo, os militares desconfiaram o que estava acontecendo e a substituíram por um general. O jornal foi recolhido das bancas várias vezes, teve 4 a 5 apreensões. Passando pela censura prévia, ia para as bancas. Nesse meio tempo, os militares descobriam alguma coisa de que não gostavam e apreendiam o jornal. E o jornal não podia dizer que tinha sido apreendido, porque a imprensa não podia dizer que havia censura. Mas eles sempre encontravam a forma de dizê-lo. Uma delas foi a escolha do lema: "**O Pasquim**: um jornal muito apreensivo", fazendo um jogo de palavras com estar apreendido. E a censura não percebia.

#### **IHU On-Line- Mas nunca foi fechado como foi o caso de jornais políticos e sindicais?**

**José Luiz Braga-** Octavio Ianni tem um estudo muito interessante sobre a imagem que o governo militar criava para fora e para dentro. O regime militar tinha uma postura para si próprio que era considerar-se democrático. Os militares sempre recusaram a idéia de que fosse uma ditadura. Tanto que eles cumpriram uma série de formalidades democráticas para manter uma imagem, até para eles mesmos. Claro que as fronteiras da democracia se encolheram: os generais sempre foram eleitos. Os presidentes nunca foram diretamente designados, foram eleitos pelos próprios generais. Para eles isso era democracia: ninguém tomou o poder, foi eleito. Sempre assumiram essa auto-imagem. Até aos Atos Institucionais eles quiseram dar o status de decisões constitucionais. Houve sempre essa preocupação. Por exemplo, Petrônio Portella disse, como porta-voz do Geisel: "O presidente não tem como saber o que acontece nos porões do poder", referindo-se à tortura. Os jornais alternativos tiveram seu espaço, mas em nenhum momento, houve a decisão de proibi-los. No momento em que fechassem o jornal, escancarava a idéia de ditadura.

#### **IHU On-Line- Como e quando acabou a censura?**

**José Luiz Braga-** **O Pasquim** parou de ter censura prévia, no nº 300, em 1975. Os membros do jornal receberam um telegrama dos censores, dizendo que não precisavam mais passar pela censura e que "a partir deste momento a responsabilidade é de vocês". O número 300 foi o primeiro sem censura, o Millôr Fernandes era o presidente do jornal. Eles tiraram da gaveta uma porção de coisas bem radicais de crítica. Millôr fez um editorial, sobre essa frase do telegrama. Ele disse explicitamente que o jornal não estava mais sob censura prévia e disse que o General que assinou o telegrama se enganou: "a responsabilidade sempre foi nossa e sempre caiu nas nossas costas, porque nós que fomos presos, tivemos números apreendidos, matérias cortadas, etc.". O número 300 foi apreendido. O primeiro número sem censura foi apreendido. No número 301, os integrantes do jornal recuaram, porque eles não teriam como sobreviver se todos os jornais fossem apreendidos. No n.º 301, Millôr disse explicitamente que seriam mais cautelosos. Ainda outros números, mesmo na transição lenta e gradual, no governo Figueiredo, foram apreendidos. Por exemplo, quando o governo Figueiredo completou um ano, a capa de **O Pasquim** trazia um bolo e uma moça saindo do bolo, só que o rosto era o do presidente Figueiredo, em volta os integrantes de **O Pasquim**, batendo palmas e uma legenda dizendo: "um aninho só" (um ano de seu governo) "e já com um corpinho de 16" (os anos anteriores do regime). E obviamente foi apreendido de novo.

**IHU On-Line- Em que momento *O Pasquim* começa a abandonar essas características tão marcantes?**

**José Luiz Braga-** O jornal vai com essa pluralidade até a anistia. Com a anistia, *O Pasquim* deu ênfase aos retornados. Eu chamo esse período de “o jornal dos retornados”. Todo o mundo passou a escrever no jornal e, ao mesmo tempo, as vozes liberais se fizeram presentes também. Com a anistia, há um relaxamento dos controles e a situação é outra. É o esforço de recuperação da democracia e obviamente os aliados mais evidentes são as vozes liberais que não são contestação de esquerda, mas esforço de retomada do padrão democrático anterior, sem uma preocupação pela implantação de um regime socialista. Amplia-se mais o leque de pluralidade e as vozes liberais entram nesse leque. Isso já é no período dos anos 1980. Começa a haver eleições nos Estados e se elegem, em 1982, governos de oposição aos militares. O momento é outro. Para *O Pasquim* é um período de fechamento, vai se tornando mais estadual (RJ), não nacional. Um grande conflito interno são as opções que os jornalistas fazem entre as várias candidaturas, e quem apóia Brizola e o PDT, que vence as eleições no Rio de Janeiro, é o Jaguar. Depois das eleições muitas pessoas saem do jornal, e ele perde a pluralidade.

**IHU On-Line- Parece um paradoxo tanta pluralidade em tempos de repressão e, em tempos de abertura, a pluralidade diminui?**

**José Luiz Braga-** O jornal se politiza mais, a partir dos retornados e perde o que o caracterizava e fazia sua pluralidade. Ao mesmo tempo, os intelectuais, artistas, etc. que tinham espaço no jornal começam a encontrar espaços em outras áreas. Perde pluralidade também por causa disso. E *O Pasquim*, hoje, é outra coisa, decorre diretamente do contexto em que foi desenvolvido. Muitos dos que estão agora, estavam nos inícios. Eles fazem humor com as posições que já tinham na época, mas o jornal não é só a substância, é a relação com o contexto. A lógica de *O Pasquim* é o percurso que constrói nesse contexto específico.

*O Pasquim* lido nas suas entrelinhas é muito representativo da história da década de 1970, inclusive da década anterior de enorme riqueza cultural, artística, acadêmica. É um dos lugares de onde se pode olhar o golpe com uma panorâmica muito grande.

**IHU On-Line- Como vê o jornalismo alternativo hoje?**

**José Luiz Braga-** A imprensa alternativa de 1960-1970 se tornou uma riqueza extraordinária. Não só porque tinha uma postura de crítica política, predominantemente socialista, mas também porque, na prática, eles realizaram uma outra crítica que infelizmente não se tornou tão explícita, que é a crítica aos processos jornalísticos. A grande imprensa se desenvolveu nesse período. O regime ajudou a modernizar as empresas jornalísticas, como a **Globo**, tanto a TV como seus jornais, que se modernizou como empresa jornalística, capitalista com suas qualidades específicas. O que a imprensa alternativa fez foi uma experimentação de jornalismo “outro”, alternativo. Não só por ter outra posição política, e sim por outra posição de fazer jornal. E isso para mim foi riquíssimo. A abertura significou praticamente o desaparecimento da pequena imprensa, porque não ficou suficientemente claro o processo que eles não eram simplesmente crítica política ao regime, mas sim que eles eram crítica ao processo jornalístico. Só que essa crítica não era refletida, escrita, era simplesmente crítica ao modo de ser outra coisa. Houve a experiência, mas não a reflexão, porque se pensava a política, mas não se pensava a própria experiência de vida de imprensa alternativa.



## A SOCIEDADE CINDIDA

*Jacob Gorender é o autor do artigo a seguir, publicado na revista **Teoria e Debate** n.º 57, de março/abril de 2004. Jacob Gorender é historiador, autor de **Combate nas Trevas** (São Paulo: Ática, 1999).*

Transcorre, neste ano, o quadragésimo aniversário do golpe militar de 1º de abril de 1964. Uma data que não é para celebrar, tampouco para esquecer. Sobretudo, com a distância do tempo, convém explorar seu significado histórico e avaliar suas seqüelas. Em primeiro lugar, o generalizado emprego da classificação do evento como golpe militar. Emprego no qual eu mesmo tenho incidido. Faz-se necessário frisar que não se tratou de mera manobra de cúpula, na qual apenas se teriam envolvido círculos políticos e militares dirigentes, resultando na mera substituição de uma camarilha por outra.

A campanha pela deposição do presidente da República suscitou um grande movimento de massas e foi, decisivamente, o resultado desse movimento. Conforme veremos adiante, a participação maciça da classe média teve um papel de grande peso. Podemos continuar a empregar a classificação de golpe militar, levando em consideração tais ressalvas.

### **Circunstâncias da chegada ao poder**

João Goulart (ou Jango, como será doravante chamado) chegou à Presidência da República com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, uma vez que era o vice-presidente, como já o fora de Juscelino Kubitschek.

Jânio pretendeu conseguir do Congresso poderes excepcionais. Uma vez que não lhe foram concedidos, acreditou que a renúncia suscitaria pressão popular suficientemente forte para dobrar o Congresso. Errou no cálculo. Diante da ausência da esperada pressão popular, ao invés de regressar a Brasília, tomou o navio em Santos para um passeio na Europa.

Conterrâneo e discípulo de Getúlio Vargas, Jango não poderia deixar de ser identificado como seu continuador. Ao ser eleito em 1950, retornando ao Catete após a deposição em 1945, Getúlio veio com o propósito de aplicar um programa nacionalista, criando, entre outras medidas, empresas estatais de importância estratégica para o desenvolvimento econômico do País. Contava com a ajuda dos Estados Unidos, de cujo governo obtivera créditos e colaboração técnica em 1943 para erguer a usina siderúrgica de Volta Redonda, em troca da permissão de instalação de bases militares norte-americanas no Nordeste. Mas, em seu segundo mandato governamental, perdeu a confiança dos Estados Unidos, que retiraram seus representantes da comissão conjunta com o Brasil para financiamento de empreendimentos de desenvolvimento econômico. Getúlio, não obstante, prosseguiu na execução do programa previsto, contando apenas com recursos internos. Desta iniciativa surgiram a Petrobrás e a Eletrobrás.

O presidente Vargas viu-se acossado por uma campanha na mídia e no Parlamento, capitaneada por Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara (então, abrangente somente da cidade do Rio de Janeiro).

Nos princípios de agosto de 1954, pistoleiros da guarda presidencial tomaram a iniciativa (ao que tudo indica, por conta própria), de eliminar Lacerda. Quando este regressava a sua residência na Rua Tonelero, na Zona Sul do Rio de Janeiro, alvejaram-no, porém só conseguiram feri-lo numa perna. Mas o guarda-costas de Lacerda, o major Vaz, oficial da Aeronáutica, tombou morto no atentado. O episódio desencadeou gravíssima crise política, que envolveu as Forças Armadas. Getúlio havia declarado, em discurso na campanha eleitoral, que não renunciaria uma segunda vez. A 24 de agosto suicidou-se com um tiro no coração, em pleno Palácio do Catete.

Diante de tais precedentes, a posse de Jango, apesar de legal e legítima, não poderia ser tranqüila. No momento da renúncia de Jânio, o vice-presidente encontrava-se em visita à China. Os adversários – que reuniam os representantes das forças mais reacionárias e pró-imperialistas – pretenderam impedir que regressasse ao Brasil. Jango conseguiu retornar, em meio ao clamor crescente contra sua posse no Palácio do Planalto. Uma vez mais, vinha à frente das propostas anticonstitucionais Carlos Lacerda, utilizando um virulento arsenal de insultos e calúnias.

Enquanto em Brasília a posse de Jango era contestada, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, unia a população do estado e obtinha o apoio do III Exército, ali sediado e comandado pelo general Jair Dantas Ribeiro, para a luta em favor da posse. O recrudescimento da oposição entre Brasília e Porto Alegre ameaçava jogar o País na guerra civil.

A fim de evitá-la, optou-se pela solução conciliatória do parlamentarismo, por meio de emenda constitucional. Jango governaria com um primeiro-ministro, submetido ao voto de confiança do Congresso. Estaria sob controle suficiente – julgavam os adversários – para impedir iniciativas nacionalistas e, sobretudo, obstar sua intenção, mais ou menos evidente, de conseguir um segundo mandato presidencial.

### **A experiência parlamentarista**

A República brasileira não tinha nenhuma tradição parlamentarista. A memória histórica do parlamentarismo do Império, tutelado por D. Pedro II, não inspirava simpatias.

Sob a presidência de Jango, a partir de 1961, sucederam-se três primeiros-ministros no regime parlamentarista: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Nenhum deles conseguiu enfrentar a situação econômica, deteriorada pela inflação herdada do quinquênio de Juscelino, nem se haver com os problemas políticos suscitados por sucessivas greves, reivindicações dos mais variados setores e difíceis de atender e, principalmente, o assédio incessante das forças conservadoras, aglutinadas em torno da UDN. Com a deterioração política, que criava uma instabilidade julgada inconveniente e ameaçadora pela própria classe dominante, a idéia do retorno ao regime presidencialista ganhou crescente apoio político-popular.

A 14 de setembro de 1962, uma greve nacional, articulada com o apoio do comandante do III Exército, general Jair Dantas Ribeiro, obrigou o Congresso a aprovar a emenda Valadares, que determinou a antecipação para janeiro de 1963 da realização do plebiscito sobre o parlamentarismo, marcado para 1965.

Na ab-rogação do parlamentarismo estava interessado não somente Jango. Pretendentes à Presidência, também Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Juscelino Kubitschek apoiaram o movimento de retorno ao presidencialismo, que já estaria vigente nas eleições de 1965. Em consequência, o parlamentarismo foi rejeitado por mais de 10 milhões de votos, na proporção de cinco votos contra um.

Jango pôde, então, passar a governar com as prerrogativas amplas do presidencialismo brasileiro.

### **Novos atores, novo quadro político**

Com vistas ao combate à inflação, Jango encarregou Celso Furtado, ministro do Planejamento, de elaborar um plano antiinflacionário. Veio, assim, à luz, uma semana antes do plebiscito de 6 de janeiro, o Plano Trienal, preparado pelo prestigioso economista. Consistia numa versão da clássica estabilização financeira, temperada por uma dose de desenvolvimentismo. Entre as propostas principais, figuravam a chamada “verdade cambial”, ou seja, a desvalorização do cruzeiro (moeda nacional na época), visando ao incremento das exportações, o corte dos

subsídios ao consumo do trigo e de derivados de petróleo, a elevação das tarifas dos serviços públicos, a contenção do crédito e das emissões de papel-moeda e a disciplina de salários e preços. Prometia, simultaneamente, a recuperação de taxas elevadas de crescimento.

Assim que pôde ser analisado, o Plano Trienal foi criticado e rejeitado pelas organizações operárias e esquerdistas em geral, particularmente pelo PCB. Verificou-se, com pouco tempo, que era inoperante e inócuo.

Jango se viu no centro de uma cena política em que novos atores ganhavam relevância. Precisava enfrentar um movimento popular diversificado e fortemente reivindicativo.

No Nordeste, sob a liderança de Francisco Julião, surgiram as Ligas Camponesas, que acentuaram as lutas na área rural. Tomou grande impulso a sindicalização de trabalhadores rurais. Insignificantes até 1962, já eram 270 sindicatos rurais em dezembro de 1963 formalmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e 557 em fase de reconhecimento. Daí resultou a estruturação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). O fortalecimento dos trabalhadores rurais recebeu, no Nordeste, contribuição de grande importância da política aplicada por Miguel Arraes, governador de Pernambuco, que impôs o pagamento rigoroso do salário-mínimo na Zona da Mata e estimulou iniciativas de educação e cultura popular, com a mobilização de milhares de ativistas, particularmente estudantes. Com essas iniciativas, Arraes se tornou um político de influência nacional.

A 19 de novembro de 1963, 200 mil cortadores de cana de Pernambuco e da Paraíba realizaram uma greve vitoriosa, após três dias de duração. Era uma ação totalmente inédita numa região onde costumava imperar a violência impiedosa da classe dominante.

Acentuou-se o “grande medo” dos usineiros, latifundiários e empresários em geral. Defrontavam-se com ações não rotinizadas, com as quais não sabiam como lidar. Os usineiros e latifundiários plantadores de cana reagiram, comprando grandes quantidades de armas e apelando a reações violentas contra as reivindicações dos assalariados.

O golpismo de direita, em franca evolução, atuava através de organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva, da UDN e das pregações falsárias e antidemocráticas do deputado Bilac Pinto.

Papel importantíssimo, na articulação e suporte das forças reacionárias e pró-imperialistas, teve o embaixador Lincoln Gordon, representante dos Estados Unidos no Brasil, de 1961 a 1966. Gordon não era diplomata profissional, mas professor de economia da Universidade Harvard, tendo sido escolhido para o cargo diplomático pelo próprio presidente Kennedy. Em 1963, diante de informações alarmantes, Kennedy enviou, como reforço à Embaixada americana no Brasil, o coronel Vernon Walters, especializado no serviço de inteligência. Poliglota, Walters falava fluentemente o português. Durante a Segunda Guerra Mundial, atuara na Itália como oficial de ligação entre a FEB e o V Corpo do Exército dos Estados Unidos, ao qual os expedicionários brasileiros estavam incorporados. Tal função lhe permitira estabelecer relacionamento com vários oficiais brasileiros que iriam ter papel de relevo no golpe de 1964, a exemplo de Castelo Branco, Cordeiro de Farias e Syzeno Sarmento. (Ver Elio Gaspari *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 59-61).

Em sentido oposto, intensificou-se a atuação das forças operárias e democráticas.

A inflação incontida suscitava greves sucessivas, sem que os trabalhadores conseguissem resultados positivos duradouros. Impunha-se uma coordenação mais eficiente. Sindicatos e federações se entenderam e criaram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), com abrangência nacional.

A novidade mais significativa veio, porém, dos subalternos das Forças Armadas, marinheiros e sargentos. Até então, a tradição das ações rebeldes e antilegalistas da oficialidade incluía

sempre a colaboração submissa dos subalternos. A única ação independente de subalternos, na história nacional, remonta a 1910, quando ocorreu a célebre Revolta da Chibata, comandada pelo marinheiro João Cândido. Em 1962, pela primeira vez na segunda metade do século 20 e numa fase muito mais adiantada das lutas sociais, os subalternos passaram a tomar iniciativas por conta própria.

A 25 de março de 1962, surgiu, no Rio de Janeiro, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, que chegou a reunir milhares de adeptos. Além de reivindicações profissionais, colocaram em destaque a conquista de direitos políticos, inclusive a elegibilidade para o Congresso. Enfrentando a hostilidade do Ministério da Marinha, os marinheiros e fuzileiros navais editaram um periódico, a *Tribuna do Mar*, e mantiveram uma escola de preparatórios de exames de madureza, tendo como professores universitários da UNE. Sob a direção da UNE, incrementou-se notavelmente a mobilização estudantil pelas reformas de base.

Os sargentos das três forças militares passaram também a agir com independência. Manifestaram, sobretudo, aspiração aos direitos cidadãos de elegibilidade nas disputas eleitorais. Provocou revolta a sentença do Supremo Tribunal Federal pela cassação do mandato do sargento Aimoré Cavaleiro, eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul. A sentença da suprema corte ameaçava o mandato do sargento Antonio Garcia Filho, eleito deputado federal. Em resposta, a 12 de setembro de 1963, algumas centenas de sargentos da Aeronáutica e da Marinha, liderados pelo sargento Antonio Prestes de Paula, se sublevaram em Brasília. Prenderam altas autoridades e ocuparam a sede dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica, a Base Aérea, o aeroporto e a central telefônica. O movimento era intempestivo e preparado com precipitação. Dificilmente deixaria de fracassar. Os sublevados acabaram presos, porque, ao invés de contar com o apoio de colegas do Exército, tiveram de ceder diante das tropas que o ministro da Guerra sediou em Brasília, as quais sufocaram a rebelião. A atitude preventiva do ministro Jair Dantas Ribeiro, ciente do motim em preparação, resultou na prisão de seiscentos sargentos, inutilizando importante contingente para as lutas futuras, mais duras e decisivas e em acelerada aproximação.

### **Pré-revolução e contra-revolução preventiva**

Recuperadas as prerrogativas próprias do regime presidencialista, Jango passou a enfrentar as reivindicações de um vigoroso movimento popular em favor das reformas de base.

No segundo pós-guerra, durante os governos Dutra (continuador do regime repressivo do Estado Novo), Getúlio, Juscelino e Jânio, as forças democráticas, da classe operária aos estudantes, profissionais liberais, intelectuais em geral e parte dos empresários, ganharam um poder de mobilização desconhecido na história nacional. Cresceu o vigor dos setores que reivindicavam mudanças em profundidade, na sociedade brasileira. Tais mudanças receberam a denominação de reformas de base, dentre as quais tinham prioridade a reforma agrária e a legislação nacionalista sobre o capital estrangeiro.

A reforma agrária era praticamente impossibilitada pelo dispositivo constitucional, que obrigava ao pagamento prévio e em dinheiro das desapropriações de terras. Os projetos em favor da derrogação desse dispositivo eram sistematicamente barrados pela maioria do Congresso.

Com relação ao capital estrangeiro, foi possível importante vitória ainda em 1962. Baseada em projeto do deputado Sérgio Magalhães, presidente da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), foi aprovada no Congresso, a 3 de setembro, a Lei 4.131 sobre as remessas de lucro do capital estrangeiro. Essas remessas passavam a ter o teto de 10% sobre o capital efetivamente ingressado no País, com exclusão, portanto, para cálculo do percentual, do capital adicionado e originário dos lucros obtidos no Brasil. A aprovação da lei foi possibilitada pela divisão das bancadas do PSD e da UDN. Provocou, não obstante, reação contundente da grande imprensa

e aberta condenação do embaixador Gordon. Esquivando-se de sua responsabilidade como presidente, Jango deixou escoar o prazo constitucional sem sancionar a lei. Coube ao presidente do Senado fazê-lo. Mas a lei ficou engavetada, enquanto o Executivo não procedia a sua regulamentação.

Diante do movimento em ascensão pelas reformas de base, Jango prolongava uma atitude de indefinição, que não podia passar despercebida aos partidários das mudanças progressistas. Não se tratava de reivindicações revolucionárias. Poderiam, no entanto, preparar o caminho à transformação da sociedade brasileira numa democracia avançada, com hegemonia dos trabalhadores e de seus aliados do segmento de assalariados intelectuais. Nesse sentido, considero que o movimento pelas reformas de base criava uma situação de pré-revolução.

Na conjuntura de 1963, algumas das lideranças mais destacadas radicalizaram o comportamento, adotando linhas de atuação destituídas de suporte em forças efetivas. Julião, que fez as Ligas Camponesas avançarem enquanto as manteve no terreno das reivindicações legais, retornou de uma visita a Cuba com a cabeça feita pelo foquismo e pela idéia de uma reforma agrária coletivista. Tal proposta e sua palavra de ordem “reforma agrária na lei ou na marra” assustou não só os latifundiários, mas também os pequenos proprietários rurais, jogando-os no campo dos adversários da reforma agrária. As Ligas Camponesas enfraqueceram e se tornaram impotentes para agir em situações decisivas. Antes avesso à atuação parlamentar, Julião se candidatou a deputado federal e só com muita dificuldade conseguiu se eleger.

Da sua parte, Brizola não foi capaz de impedir que o governo do Rio Grande do Sul caísse nas mãos de Ildo Meneghetti, que viria a apoiar o golpe em 1964. Em contrapartida, Brizola logrou eleger-se deputado federal pela Guanabara, com votação elevada. Lançou o movimento pela formação dos Grupos dos Onze, com estruturação e objetivos vagamente formulados, mas sugerindo preparação para ações armadas.

Da sua parte, Jango prosseguia no jogo de atitudes contraditórias.

No dia 4 de abril, a Agência Nacional difundiu a convocação de um comício para o Largo do Machado, no Rio de Janeiro. A convocação tinha caráter claramente provocativo, prevendo o deslocamento da massa popular ao Palácio Guanabara, sede do governo de Lacerda. O deslocamento justificaria a intervenção de tropas federais e de ações contra o CGT e outras organizações populares. O alerta oportuno do general Osvino Ferreira Alves, comandante do I Exército, desfez a armadilha e frustrou a realização do comício.

Contudo, estranhamente, em sincronização com a convocação do comício, Jango discursava em Marília, interior do estado de São Paulo, apresentando-se como o mais credenciado dos anticomunistas. Reforçou a jogada direitista com elogios ao governador Adhemar de Barros e ao falido Plano Trienal. Fazia-se evidente que buscava uma recomposição com as forças conservadoras direitistas.

Todavia, à noite da mesma data, o presidente discursou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na capital paulista. Prudentemente deixou de lado o anticomunismo e fez vagas alusões às reformas de base.

No dia 23 de agosto, à tardinha, realizou-se na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro, um comício em homenagem à memória de Getúlio Vargas. Jango discursou perante 60 mil pessoas. Faixas estendidas diziam: “Jango, não vacile”, “Jango, chega de conciliação com os inimigos do povo. Reforma já!” Diante das frases vazias do presidente, a massa o interrompeu com o grito cadenciado: “De-fi-ni-ção!”

No dia 4 de outubro, Jango enviou ao Congresso um requerimento de decretação do estado de sítio. As organizações agrupadas na Frente de Mobilização Popular (FMP) manifestaram oposição. O mesmo fez o governador Miguel Arraes, que não ignorava a intenção presidencial

de aliá-lo junto com a deposição de Lacerda. Ao constatar a falta de apoio parlamentar, o governo federal retirou o requerimento no dia 7.

O crédito de Jango junto às forças conservadoras estava esgotado, uma vez que não conseguira coibir o crescimento do movimento reformista nem deter a inflação. O presidente decidiu-se, finalmente, por uma posição clara em favor das reformas de base, sempre com a expectativa de que abrisse o caminho para um segundo mandato, o que necessitaria de emenda constitucional. Tomando o novo rumo, ordenou a regulamentação da lei sobre remessa de lucros do capital estrangeiro e prestigiou a Superintendência de Política Agrária (Supra), comparecendo a um ato de entrega de títulos de propriedade da terra a lavradores do estado do Rio. Ao mesmo tempo, encarregou San Tiago Dantas de articular uma Frente Ampla, que viabilizasse a aprovação parlamentar das reformas de base.

A ambição continuísta do chefe da Nação era particularmente incentivada pelos comunistas. Embora desprovidos de registro legal partidário no Tribunal Eleitoral, os comunistas constituíam, então, uma corrente de esquerda influente. Em repetidas manifestações, Luiz Carlos Prestes defendeu o segundo mandato para Jango e propôs publicamente a iniciativa de emenda constitucional que o permitisse. Semelhante proposta esquentava ainda mais a temperatura já bastante acalorada do clima político.

No entanto, repetiam-se os incidentes conflituosos. Programadas para discursar em faculdades e outros recintos, personalidades como Lacerda, Brizola, Clemente Mariani e João Pinheiro Neto foram barradas pelos adversários. Só com muita dificuldade e com a proteção da Polícia Militar, conseguiu Arraes discursar em Juiz de Fora.

Na tarde de 13 de março de 1964, o comício, na praça da Central do Brasil, reuniu meio milhão de pessoas. Após pronunciamentos de líderes políticos, sindicais e estudantis, Jango valeu-se de dois trunfos no discurso de encerramento do comício: o decreto de encampação das refinarias particulares de derivados de petróleo e o decreto da Supra, que declarava sujeitas à desapropriação as propriedades rurais superiores a 500 hectares marginais de vias federais numa faixa de 10 quilômetros e as propriedades superiores a 30 hectares marginais de açudes e obras de irrigação com financiamento governamental. A legislação que permitiria tais atos já se encontrava em preparação para envio ao Congresso.

Enquanto o comício do dia 13 se realizava, os apartamentos na Zona Sul do Rio de Janeiro mantinham as luzes acesas e exibiam lençóis brancos nas janelas. Uma demonstração explícita de oposição da classe média carioca ao comício da Central do Brasil.

No dia 19 de março, meio milhão de pessoas se reuniu, em São Paulo, na primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, desfilando da Praça da República à Praça da Sé. Organizada por entidades da direita política e com o apoio do clero católico, era uma clara manifestação antigovernamental da classe média. A sociedade estava nitidamente cindida. Irritada pelas numerosas greves, pela carestia, pelo desabastecimento de gêneros alimentícios e pela inoperância oficial, a classe média se passou maciçamente para o campo dos opositores do governo Jango.

Simultaneamente, o apoio do presidente aos marinheiros reunidos em assembléia no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, e sua aliança com os sargentos nacionalistas jogaram a oficialidade em massa também na oposição. A oficialidade sentia gravemente abalados os princípios da hierarquia e da disciplina, fundamentais nas corporações militares.

Na noite de 30 de março, Jango discursou numa solenidade promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no salão do Automóvel Clube, no centro do Rio de Janeiro. Foi o que bastou para detonar o golpe, já em franco andamento nos bastidores conspirativos.

No dia 31 de março, as tropas do Exército aquarteladas em Minas Gerais, sob o comando do general Olympio Mourão Filho, com o apoio do governador Magalhães Pinto, se insurgiram e marcharam em direção ao Rio de Janeiro. Um após outro, os comandos militares, supostamente fiéis a Jango, mudaram de posição e, sob a coordenação do general Odilo Denys, adotaram o rumo do golpe. O dispositivo militar, garantido pelo general Assis Brasil, chefe do Gabinete Militar, revelou extrema fragilidade.

Jango podia contar, no primeiro momento, com uma esquadrilha de oficiais nacionalistas da Aeronáutica, que se dispunha a despejar bombas sobre a coluna do general Mourão. Os fuzileiros navais, sob o comando do almirante nacionalista Cândido Aragão, tinham a possibilidade, também no primeiro momento, de assaltar o Palácio Guanabara e prender Lacerda, o que alcançaria grande repercussão nacional em favor do governo.

Jango preferiu capitular. Desautorizou as ações dos oficiais da Aeronáutica e dos fuzileiros navais. No dia 1º de abril, retirou-se do Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, e voou para Brasília. Dali partiu depressa para o Rio Grande do Sul, donde, finalmente, sairia do País.

Em Brasília, o senador Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso, declarou a Presidência da República vacante. No dia 9, o primeiro Ato Institucional deu início às cassações de mandatos e direitos políticos. O general Castelo Branco assumiu a chefia do governo, inaugurando a sucessão de generais-presidentes, que se prolongaria por 21 anos.

No dia 3 de abril, 1 milhão de pessoas desfilou, no Rio de Janeiro, na segunda Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A sociedade estava claramente cindida. De um lado, a favor do rumo progressista e democrático, os trabalhadores. No lado contrário, a classe média em peso. O que chamamos de golpe militar teve inequívoco e poderoso apoio social. Funcionou como contra-revolução preventiva.

Trabalhadores e classe média iriam fazer a amarga experiência de dois decênios ditatoriais. Ao contrário de muitos países latino-americanos, era a primeira vez, em sua história, que o povo brasileiro se via sob o jugo de uma ditadura militar. Dessa experiência, que custou tantos sacrifícios aos melhores patriotas, surgiu finalmente a democracia difícil, que hoje molda a vida política nacional.

## DESTAQUES DA SEMANA

### Entrevistas da Semana

#### HISTÓRIA PONDERADA DA FILOSOFIA MORAL E POLÍTICA

##### Editora Unisinos lança mais um importante livro

##### Entrevista com Allain Caillé

*Allain Caillé é membro do Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais- MAUSS - e diretor da **Revue du Mauss**. O Movimento faz uma crítica ao utilitarismo que vem sendo conduzida, desde o início dos anos 1980, por um grupo de intelectuais reunidos em torno do MAUSS —, cujas idéias são divulgadas pela **La Revue du Mauss**, publicada pela Editora La Découverte, em Paris. Alain Caillé é um dos organizadores junto com Christian. Lazzeri e Michel Senellart do livro **Histoire raisonnée de la philosophie morale e politique. Le bonheur et l'utile**, Paris: La Découverte, 2001, 756 pp. A Editora Unisinos, em mais um lançamento*

ousado<sup>21</sup>, está publicando este livro com o título **História ponderada da filosofia moral e política**. O lançamento do livro, em português, pela Editora Unisinos, será feito durante este mês de abril. Sobre o livro, **IHU On-Line** conversou com Allain Caillé. Eis a entrevista.

**IHU On-Line- Quais tem sido as repercussões do livro História ponderada da filosofia moral e política?**

**Allain Caillé** - Infelizmente, por enquanto, não tão grandes quanto esperávamos. As vendas estão boas, nada mais. Na verdade, o livro deveria ter sido editado em formato de bolso e em dois volumes. Parece-nos que o editor enganou-se ao publicá-lo em um único volume (apesar de ter uma ótima apresentação, cara demais para estudantes.) Houve algumas reações bem entusiasmadas. Dentre elas, destaca-se a de Quentin Skinner, que elogiou o que ele considerou uma verdadeira proeza: ter conseguido reunir um grande número de autores que partilham mais ou menos a mesma perspectiva teórica. Em contrapartida, tivemos uma crítica negativa por parte do cronista filosófico do principal jornal francês (Le Monde), Roger-Pol Droit, rejeitando o próprio princípio do livro, isto é, a idéia de que possam existir problemáticas recorrentes através das épocas e das escolas filosóficas. Essa reação não nos surpreendeu nem um pouco. De fato, nosso projeto de uma "história racional" ataca a vulgata hiper-relativista dominante hoje em dia. Contudo, nossa história é perfeitamente "contextualista" (como dão testemunho as opiniões favoráveis de Quentin Skinner<sup>22</sup>, o consagrado campeão da história contextualista): ela mostra a dependência das estratégias de resposta filosófica em relação ao contexto histórico, à diversidade dos "epistemas". Na França, porém, em filosofia, se por princípio não afirmamos a incomensurabilidade entre os autores, quase não somos ouvidos. Ora, é justamente este dogma que combatemos.

**IHU On-Line - Que significado o senhor atribui ao fato de que esta obra esteja sendo traduzida para o português e publicada em uma universidade no sul do Brasil, a Unisinos?**

**Allain Caillé** - É uma grande satisfação para mim. Tenho relações de intercâmbio e de amizade com diversos sociólogos e economistas brasileiros (principalmente em Brasília, Recife e Salvador) que defendem, no Brasil, o que eu chamo de "paradigma da dádiva", inspirado no Ensaio Sobre a Dádiva, de Marcel Mauss, que representa para mim a arma mais útil para a construção de uma antropologia e uma visão da história e da sociedade antiutilitaristas.

**IHU On-Line- Qual é a idéia central do livro? Mudaria hoje alguma das idéias publicadas no livro?**

**Allain Caillé** - A idéia central é que a história das doutrinas filosóficas (em filosofia moral e política), e depois das doutrinas em ciência social, pode (e deve, entre outras) ser lida como a história de uma confrontação sempre renascente – mesmo que ela renasça sob formas sempre diferentes em função dos contextos sociopolíticos históricos determinados – entre doutrinas que explicam a ação dos homens pelo interesse mais ou menos calculado e consideram que a sociedade deve ser construída a partir do interesse e da utilidade, e outras que, ao contrário,

---

<sup>21</sup> A Editora Unisinos lançou no mês de outubro de 2003 o *Dicionário de ética e filosofia moral*. Confira a entrevista do diretor da editora, Carlos Alberto Gianotti, do vice-reitor da Unisinos, Prof. Dr. Pe. Marcelo Aquino, e de Monique Canto-Sperber, organizadora da referida obra no **IHU On-Line** n.º 75, de 15 de setembro de 2003.

<sup>22</sup> Deste autor a Editora Unisinos publicou em 2002 o livro **Hobbes e a teoria clássica do riso**.



afirmam que são levadas em conta, e devem sê-lo, muitas outras coisas além do interesse unicamente. Por exemplo, as paixões, o amor a Deus, a Lei moral, a *philia* ou a simpatia. Resumindo, esta história da filosofia é vista como a história de uma confrontação entre temáticas “utilitaristas” e temáticas “antiutilitaristas”, deixando claro que esta confrontação pode muito bem aparecer num mesmo autor e, às vezes, na mesma página.

***IHU On-Line- Como surgiu o Mauss? Qual é a importância de Marcel Mauss para nossos dias?***

**Allain Caillé** - O Mauss nasceu em 1981, de um encontro de economistas, sociólogos, antropólogos e também de filósofos, surpresos por estarem assistindo à volta expressiva de uma ideologia liberal que parecia vir sendo refutada há duas ou três décadas; e ainda mais surpresos e preocupados ao verem triunfar em toda parte, até em sociologia, história ou antropologia, um “modelo econômico”, uma explicação econômica (pelo interesse calculado) da ação histórica e social. Isso provocou uma revolução na divisão do trabalho intelectual. Até então, os economistas tinham se limitado a explicar o que acontece no mercado de bens e serviços. A partir de então, queríamos explicar tudo (a religião, o crime, o amor, a política) pelo modelo econômico. E os próprios sociólogos estavam cedendo à moda. Pouco a pouco, descobrimos que aquilo era apenas a prefiguração da verdadeira revolução que iria gerar o mundo atual, a mundialização (globalização), isto é, uma supressão gradual da sociedade e do político no mercado, comparável à redução das ciências sociais e da filosofia política numa ciência econômica generalizada. A importância de Marcel Mauss vem do fato de ele nos mostrar que este *homo economicus* triunfante dos dias de hoje não é natural e eterno em nada, que na “sociedade primitiva” as relações sociais não são organizadas pelo mercado ou pelos contratos, mas por aquilo que ele chama de “tripla obrigação de dar, receber e retribuir”; (o que não significa que o “interesse” não tenha o seu lugar, mas trata-se de um interesse estruturado de outra forma, diferente daquele que predomina no mercado). Ainda hoje, esta descoberta tem implicações de considerável importância.

***IHU On-Line- Como entendem os conceitos de "felicidade" e de "utilidade" e como eles se relacionam?***

**Allain Caillé**- Podemos e deveríamos discutir longamente sobre o assunto. Apenas observemos que para Bentham, o pai oficial do “utilitarismo”, felicidade, utilidade e interesse são noções intercambiáveis.

***IHU On-Line- Como o mercado define esses dois termos?***

**Allain Caillé**- Os economistas contemporâneos não falam mais em utilidade, mas em “preferências”. A idéia que dá legitimidade à extensão indefinida do mercado, é que ninguém mais sabe em que consiste a utilidade real ou objetiva, nem o que traz a felicidade, e que deve então ser considerado “útil” somente aquilo que os indivíduos, subjetivamente, decretam como tal, seja isso efetivamente bom para eles ou não. Enfim, não há mais nenhuma outra forma de julgamento (inclusive, definitivamente, o julgamento moral) a não ser aquela do indivíduo que participa do mercado de acordo com o dinheiro de que dispõe.

***IHU On-Line- Qual poderia ser hoje o aporte das religiões e das teologias para recompreender o conceito de felicidade?***

**Allain Caillé**- Para mim, a religião deve ser repensada à luz do que chamo de “paradigma da dádiva”. Em suma, poderíamos mostrar que as morais religiosas ou leigas são sempre

reformulações do imperativo sociológico categórico primordial: a obrigação de dar, receber e retribuir. Em outras palavras, "sair de si" e mostrar-se generoso.

## Entrevista da Semana II

### NORDESTE FOI 'O MAIS PREJUDICADO' EM 64, DIZ FURTADO

*Reproduzimos, a seguir, a entrevista com o economista Celso Furtado, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 4/04/2004. Celso Furtado é membro da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (Unesco) e presidente da Sudene. Foi ministro do Planejamento (governo João Goulart) e da Cultura (governo Sarney). É autor de **Formação Econômica do Brasil**, apresentado no evento Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido pelo IHU em 11 de setembro de 2003. De Celso Furtado publicamos um artigo na 64ª edição, de 16 de junho de 2003. Na entrevista a seguir, Furtado diz que o regime ampliou o atraso social na região e as Forças Armadas "foram enganadas".*

O regime militar sacrificou o Nordeste mais do que qualquer outra região do País. Havia ali um movimento social em andamento que apontava para outra direção e o regime ampliou o atraso da região. Essa é a opinião do economista Celso Furtado, que trabalhou como ministro e superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) dos três presidentes que antecederam o golpe de 64: Juscelino, Jânio e Jango. Um dos muitos políticos e técnicos brasileiros que tiveram seus direitos políticos cassados por 10 anos pelos militares, Furtado teve de partir para o exílio no Chile, depois Estados Unidos e França, onde ensinou durante 20 anos na Sorbonne, em Paris.

Furtado só voltou à política após a abertura, tendo sido embaixador do Brasil na Comunidade Européia e, mais tarde, ministro da Cultura do governo José Sarney. Hoje, analisando a situação criada em 1964, ele acredita que a morte do presidente John Kennedy talvez tenha precipitado a mudança da posição norte-americana em relação ao governo brasileiro, passando de um apoio claro por meio da Aliança para o Progresso para a cooperação com o golpe militar. Ele lembra que recebeu Edward Kennedy, o irmão e enviado do presidente americano, e que o próprio John Kennedy o recebeu, em Washington, muito interessado no que se fazia pelo desenvolvimento do Nordeste. Furtado acredita também que "as Forças Armadas foram enganadas", pressionadas pelos usineiros da região e por interesses econômicos do Sul, atizados pelo então governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda.

Nessa entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, Furtado revela que, uma vez, advertiu João Goulart de que deveria se preparar para a hipótese de Carlos Lacerda sucedê-lo na Presidência. A resposta do presidente o surpreendeu: "Isso nunca. Esse homem foi o assassino do doutor Getúlio (Vargas)". Ele descreve Jango como um homem sempre disposto à acomodação (menos com Lacerda). E define o antigo governador fluminense como um "guerreiro nato", homem que só se agigantava brigando. Passados 40 anos, a impressão de Furtado é que a responsabilidade pelo golpe militar pode ser atribuída tanto a Jango quanto a Lacerda.

#### **Estado - Qual o balanço que o senhor faz do período militar? Qual a motivação do golpe?**

**Celso Furtado** - O balanço pode ser resumido de forma simples, o de um fracasso. A justificativa dos militares era apenas aumentar o poder do Estado, que estava desorganizado e sem comando. Quanto à motivação, depende da região do País. Tenho a impressão de que o Nordeste, onde eu estava na época, foi a região mais prejudicada pelo golpe. O Nordeste foi

surpreendido com uma política em andamento, um movimento social, através das Ligas Camponesas, da Sudene e da Igreja Católica, que apontavam para uma outra direção. Tudo isso foi destruído.

**Estado - O presidente João Goulart chegou a pressentir o golpe? Não preparou um contra golpe ou apostava numa sucessão democrática, mesmo tendo Carlos Lacerda como um dos candidatos?**

**Furtado** - Eu sempre disse as coisas diretamente ao presidente João Goulart.

Me recordo que no momento mais crucial disse a ele: "É preciso que o senhor aceite a hipótese de que Carlos Lacerda venha a ser o seu sucessor." Sua reação foi imediata. "Esse nunca. Esse homem foi o assassino do doutor Getúlio." Jango sempre foi um presidente favorável à acomodação, mas nesse caso não hesitou na resposta. De um lado ele dizia que não passaria o poder ao assassino do Getúlio, mas de outro não tinha força suficiente para impedir uma eventual posse do Lacerda, caso ele fosse eleito. Houve também uma tentativa de Jango aumentar seus poderes, com o pedido de estado de sítio (ao Congresso, em novembro de 1963), que acabou fracassando. Esse projeto deu a impressão de que ele queria dar um passo à frente, poucos meses antes de os militares terem tomado o poder.

**Estado - Quais foram as conseqüências da tomada do poder pelos militares?**

**Furtado** - No Nordeste as conseqüências foram mais graves, pois a repressão exercida acabou com o movimento social existente, as Ligas e a Igreja Católica. A região do País que havia acumulado maior atraso social era o Nordeste. O atraso aumentou ainda mais com a mudança. O movimento de 1964 passou despercebido em várias partes do País. Foi um golpe a mais, mesmo em São Paulo. Houve atendimento de certos interesses econômicos e a região se acomodou. Exceção foi o Rio de Janeiro, onde a tensão era maior em razão da presença de Lacerda, que constituía um desafio, e no Rio Grande do Sul.

Hoje, 40 anos depois, acho que as Forças Armadas, foram enganadas. No Recife, quando estive com os militares, cheguei a perguntar ao comandante do IV Exército, general Justino Alves, o que eles estavam pretendendo. A resposta foi simples: "Queremos colocar o Arraes para fora." Ele chegou a prometer que se o Arraes se acomodasse não seria perseguido. Não foi bem o que vimos e o Arraes, entre os governadores punidos, foi o mais sacrificado, em função das pressões dos usineiros.

**Estado - Como explicar que Edward Kennedy, irmão do presidente americano, se mostrasse simpático aos movimentos sociais e os EUA depois tenham apoiado o golpe?**

**Furtado** - Havia uma divisão no governo dos Estados Unidos que ficou mais caracterizada após a morte do presidente John Kennedy. No interior do governo dos EUA havia um movimento de apoio às forças progressistas do Nordeste. Como funcionário do governo brasileiro, cheguei a ser recebido pelo presidente Kennedy em Washington. Isso revela o grau de interesse pelo trabalho que fazia a Sudene. Por isso reagi com surpresa quando eles mudaram de direção.

**Estado - O que teria levado os Estados Unidos a mudarem de posição?**

**Furtado** - Com a morte de Kennedy houve uma mudança qualitativa. Seu sucessor, Lyndon Johnson, representou uma mudança profunda. Basta ver a escalada no Vietnã durante sua gestão. No Brasil, os aliados de Kennedy éramos nós. Havia um outro lado, bem mais próximo de Carlos Lacerda.

**Estado - A seu ver, com Kennedy poderia não ter ocorrido o golpe militar?**

**Furtado** - É muito provável que houvesse uma resistência ao golpe. O governo americano também tem suas falhas e suas bruscas mudanças de direção. Muitas vezes fico pensando se eles estão realmente preparados para responder a essa imensa responsabilidade que é o exercício dessa liderança mundial. Tenho minhas dúvidas...

**Estado - Para onde iria o Brasil se o golpe militar não tivesse ocorrido?**

**Furtado** - Na época do golpe, não se pode dizer que o Brasil estava bem. Já enfrentava fortes dificuldades no exterior e encontrava-se em declínio no plano interno. Era preciso sustentar a economia, que poderia entrar em colapso, mas o governo não tinha força para adotar medidas sérias. Acho que naquele momento a moratória era indispensável, uma moratória negociada com os credores, não conflitual.

**Estado - O que faltou para se chegar a uma solução como essa?**

**Furtado** - Nessa ocasião, o problema dependia tanto ou mais do Lacerda do que do próprio Jango. Sua posição era radical e tudo que cheirava Jango ele era contra. Mesmo comigo ele sempre esteve em conflito, em razão da minha proximidade como ministro do presidente. Acho que a responsabilidade do golpe cabe tanto ao Jango quanto ao Lacerda.

**Estado - Se Lacerda vencesse as eleições, assumiria normalmente?**

**Furtado** - A sucessão de Goulart seria muito complicada. O presidente teria de enfrentar um guerreiro nato que se agigantava brigando. No Brasil, os militares acreditaram no espantinho e acabaram sendo enganados, como também foram enganados os que acreditaram que os militares só permaneceriam dois anos no poder, antes de devolvê-lo aos civis. Esse foi o caso do grupo mineiro, do Magalhães Pinto e de outros, todos à espera de uma acomodação que acabou não acontecendo.

## Memória

### A ÚLTIMA ENTREVISTA DE OCTÁVIO IANNI

*Reproduzimos, parcialmente, a entrevista do sociólogo Octavio Ianni, que morreu no dia 4 de abril, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, em 11 de abril de 2004. Há cerca de três semanas, o professor emérito da USP e da Unicamp falou sobre globalização e seus efeitos nos países periféricos, seu foco de interesse nos últimos anos e tema de "Capitalismo, Violência e Terrorismo" (Editora Record, 2004), que chega às livrarias nos próximos dias. Ianni, integrante da geração da sociologia brasileira que redimensionou estudos sobre escravidão e desenvolvimento (como em "As Metamorfoses do Escravo", de 1962, e "Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil", de 1963), fez um diagnóstico duro do governo petista e da esquerda. "O governo Lula está demonstrando que não entendeu nada." Atacou a atuação do presidente como líder mundial - um "blefe"- e o discurso da esquerda -"anacrônico". Para ele, Lula frustra expectativas ao não "desempenhar o seu papel histórico". Na 95ª edição de **IHU On-Line**, de 5 de abril de 2003, também celebramos a memória de Octávio Ianni.*

**Folha - A violência no Brasil produz vítimas em escala de guerra. Por que essa estatística provoca menos comoção que muitas guerras a quilômetros daqui?**

**Ianni** - Faz parte da ideologia dos setores dominantes minimizar, porque isso prejudica a imagem do país e atrapalha os negócios de grandes companhias, a quem a mídia está acoplada. Uma leitura dos jornais do Rio e São Paulo revela que a mídia trabalha pela

criminalização da sociedade civil. Quem lê fica com a sensação de que a sociedade está envenenada, mas as matérias não vão à raiz. Daí vem essa loucura, o boom da indústria de segurança.

**Folha - A desigualdade é apontada como fator da violência. O governo atua para resolvê-lo?**

**Ianni** - O governo Lula está demonstrando que não entendeu nada. Ele tinha o compromisso de inaugurar uma nova orientação. Só que para fazer isso é preciso que se reflita sobre os problemas reais. Foi um governo eleito com expectativas excepcionais, mas que não está conseguindo desempenhar seu papel na história. Descambou para uma retórica vazia, que consiste em pronunciamentos inflamados, mas inócuos.

**Folha - A política econômica é criticada, mesmo no governo. É possível deixar de se subordinar ao FMI?**

**Ianni** - A Índia e a China são exemplo de como aderir ao globalismo sem abdicar de um projeto nacional, sem abrir mão de participar do centro decisório. No Brasil, isso não deu certo porque tanto os militares quanto os civis que os sucederam entregaram o poder decisório a grandes conglomerados transnacionais. No Brasil, não há mais chances de se estabelecer um projeto nacional. É como no teatro ou no cinema. Em muitos casos os atores simplesmente não estão à altura dos personagens que deveriam encarnar.

**Folha - Como o sr. vê o esforço do Lula para levar o Brasil à liderança na América Latina? Trata-se de um projeto nacional viável?**

**Ianni** - Trata-se de fabricar manchetes. Aliás, ele está assessorado por quem? Brasília é hoje a nave dos insensatos. Estão todos descolados da história. Mas não é só no Brasil. Na Argentina também. Nem o Lula nem o Kirchner têm condições de levar seus países a executar um projeto nacional.

**Folha - Lula foi recebido pela comunidade internacional como um neo-socialista capaz de produzir o globalismo de baixo para cima. Por que goza dessa imagem ?**

**Ianni** - A comunidade internacional sempre blefou a respeito desse papel do Lula. Estão todos fazendo jogo de cena, o que de certo modo anestesia a opinião pública. Ou alguém acredita que o Schroeder ou o Chirac reconhecem esse papel no Lula? Só se fossem tontos! Estão blefando, claro. E blefam porque o Lula está fazendo o jogo geopolítico deles. É difícil dizer que Lula ou o Kirchner são presidentes. São, no máximo, administradores de províncias no mundo globalizado, fantoches.

**Folha - A que significa a queda da popularidade de Lula?**

**Ianni** - Lula é um desastre. A frustração que está produzindo na opinião pública é séria e profunda. Há pouco tempo o [ministro] José Dirceu disse que o que vão fazer com a universidade pública será mais sensacional do que fizeram na Previdência! Ao que tudo indica, vão acatar as diretrizes educacionais do Banco Mundial...

**Folha - Como fica a esquerda neste momento de descrédito?**

**Ianni** - A esquerda está demorando para entender a globalização. Eles são patriotas, mas são de um patriotismo que se confunde com um nacionalismo anacrônico. A esquerda precisa ser internacionalista. Eles não lêem "The Economist", não sabem o que está acontecendo por trás das decisões do mercado. A esquerda deve caminhar para uma inteligência lúcida do que é o

processo e procurar estabelecer alianças com as classes subalternas, buscando construir um globalismo de baixo para cima. Mas eles preferem usar o palanque do Fórum Social para proferir discursos comprometidos com um nacionalismo anacrônico e ultrapassado.

## Artigo da Semana

1964 VISTO POR UM ARAPONGA

José Murilo de Carvalho

*Reproduzimos, a seguir, o artigo com o título acima publicado pelo Caderno Mais da **Folha de S. Paulo** do dia 4/4/2004 de autoria de José Murilo de Carvalho. Carvalho é professor titular do departamento de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro, autor de **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001), entre outros.*

Todos sabemos o que significa SNI, mas poucos se lembrarão da sigla SFICI, Serviço Federal de Informações e Contra-Informações. O SFICI foi criado em 1946 e era subordinado ao Conselho de Segurança Nacional. Em geral, controlado por oficiais do Exército, em 1964 estava pela primeira vez sob a direção de um oficial da Marinha, o capitão-de-mar-e-guerra Ivo Corseuil, que fora levado para o CSN pelo Ministro da Marinha, almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano. Suzano apoiara o golpe preventivo de 1955, liderado pelo general Lott para garantir a posse de JK na Presidência. O gesto lhe valeu a pecha de "canela-preta", com que ficou marcado na Marinha o grupo de oficiais que tinha apoiado Lott. Fora também favorável à posse de João Goulart em 1961. O legalismo e o reformismo renderam-lhe a nomeação de ministro da Marinha em 1962, posto que ocupou até 1963. Foi reformado compulsoriamente depois do Ato Institucional nº 1 e teve os direitos políticos cassados por dez anos. Ligado a Suzano, Corseuil era também um "canela-preta". No governo Goulart, os "canelas-pretas" apoiavam as reformas e se opunham aos "udenistas" da Marinha, grupo majoritário que combatia a herança de Vargas. Corseuil sobreviveu a Suzano no governo, permaneceu na chefia do SFICI até o dia 1º de abril e manteve acesso fácil ao presidente a quem apreciava. Escapou à punição, passando para a reserva como vice-almirante. Figura de segundo escalão no governo, seu nome não aparece nas crônicas do período. Tinha, no entanto, a vantagem de ocupar um posto privilegiado de observação, o serviço de inteligência, encarregado de coletar e passar ao presidente -ou ao CSN- informações sobre as muitas agitações políticas de civis e militares. Em 7 de dezembro de 1979, Corseuil me deu uma entrevista descrevendo sua experiência nos bastidores do regime. Vários pontos da conversa merecem ser divulgados. Seleciono alguns. O primeiro tem a ver com a situação do SFICI e a capacidade do governo de se manter informado. O SFICI estava sem recursos. No começo do governo Goulart, a CIA oferecera dinheiro e equipamento ao serviço, mas a oferta não foi aceita. O próprio Corseuil recusou uma dessas ofertas.

### Carlos Lacerda e a CIA

Os americanos dirigiram-se então a Lacerda, que aceitou de bom grado a ajuda. A consequência foi que Lacerda passou a estar mais bem informado do que o governo federal. No serviço de informações, explicou Corseuil, "a base de tudo é o dinheiro [...]. O Lacerda pagava o dobro a meus informantes para serem informantes dele [...]. O serviço do Lacerda, com isso, era dez vezes melhor do que o nosso". Mesmo os informantes que atuavam dentro

das Forças Armadas muitas vezes não repassavam as informações. Dinheiro brasileiro para o serviço de informação não havia: "Brasileiro é muito valente, mas não dá dinheiro, não".

Mesmo as boas informações não serviam muito. Corseuil refere casos em que assessores desaconselhavam fortemente certas nomeações para comandos militares, que eram afinal efetivadas por razões próprias do presidente. O caso mais notório foi o da indicação do general Benjamin Galhardo para o comando do 3º Exército, em 1963. Goulart preferiu a opinião do ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, contra o parecer unânime dos oficiais do CSN.

A escolha "era a pior do mundo". Se tivesse nomeado o general Ladário, "o 3º Exército não teria se revoltado". Ladário foi, afinal, nomeado a 1º de abril, tarde demais. Outros erros teriam sido a nomeação de Amaury Krueel para o comando do 2º Exército e do General Justino Alves Bastos para o 4º Exército. Nenhum dos dois seria confiável. Krueel encabeçara o Manifesto dos Coronéis, que forçara a saída de Goulart do Ministério do Trabalho em 1954.

De erros como esses, segundo Corseuil, viria a fraqueza da sustentação militar de Goulart. O ponto alto do apoio militar se teria verificado após o plebiscito, quando Suzano, na Marinha, Osvino, no Exército, e Anísio Botelho, na Aeronáutica, lhe davam tranqüilidade. Depois desmanchou tudo. Não que existisse qualquer dispositivo militar. O general Assis Brasil falava muito nesse dispositivo, mas, na prática, tratava-se apenas de ter comandantes leais e competentes nos lugares certos. A situação militar nos últimos dias do regime era quase patética, na descrição de Corseuil. O ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, estava hospitalizado, o chefe da Casa Militar, Assis Brasil, era omisso devido a sérios problemas domésticos, o comandante do 1º Exército, Morais Âncora, de 63 anos, "não podia nem ficar de pé". O Exército estava sem comando.

Quando, no dia 31 de março, o general Mourão Filho veio "com aqueles gatos pingados lá de Minas e não tinha nem munição", não havia quem mandasse. Cunha Melo, comandante das tropas enviadas do Rio para enfrentar os mineiros, ligou de Três Rios, pedindo ordens. Responderam-lhe que o presidente não queria derramamento de sangue. Morais Âncora, então, conferenciou com Krueel em Resende e "entregou a rapadura". A falta de reação de Goulart deixou Corseuil perplexo: estavam querendo depô-lo e o presidente se preocupava com derramamento de sangue: "Então, pede demissão!". A guerra terminou à moda brasileira, como jogo de xadrez: "Um passa pra lá, outro pra cá".

A hesitação de Goulart se teria manifestado também em episódio da véspera da revolta. Os generais lhe mandaram proposta: dessa declaração contra o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a indisciplina dos marinheiros que lhe garantiriam o mandato. Alta madrugada, discutiam no quarto de Goulart Tancredo Neves, Doutel de Andrade e Assis Brasil. Tancredo recomendou a aceitação em "discurso muito bonito". Goulart tendia a aceitar, quando Assis Brasil argumentou que ele devia sua posse aos sargentos e não podia abandoná-los. A proposta foi rejeitada. O depoimento do chefe do SFICI traz dados adicionais para o esclarecimento de um ponto controverso da crise de 1964: qual era a verdadeira posição de Goulart? Preparava um golpe continuísta, como acusavam os adversários? Queria apenas fazer as reformas dentro da legalidade? Mas, admitindo essas duas hipóteses, como explicar o descuido com sua sustentação militar? Como querer os fins sem querer os meios? Com todos os problemas que tinha, o SFICI e os aliados alertavam o presidente sobre as consequências potencialmente desastrosas de suas ações e omissões em relação às Forças Armadas. Por que, então, no campo militar, parecia facilitar o trabalho dos golpistas da oposição?

### "Todo mundo conspirava"

Segundo Corseuil, na época "todo mundo conspirava e todo mundo estava em cima do muro". Mas o chefe do SFICI não acreditava na conspiração de Goulart: "Ele não queria dar golpe

nenhum. Ele estava louco para sair dali. Ele queria era vender o gado dele". Essa hipótese também não explica o comportamento do presidente. Se queria dar o fora, poderia ter feito compromissos ou mesmo renunciado.

Outra explicação é mais ousada. Foi sugerida por Antônio Callado [escritor] quando falou em suicídio incruento. Goulart estaria talvez pensando no exemplo de Vargas, que sacrificara a vida para entrar na história. As informações do chefe do SFICI e de outros personagens da época sugerem um comportamento político de fato quase suicida. Nesse caso, no entanto, teria sido um suicídio apenas político, faltando-lhe o ingrediente dramático da morte física, que garantiu a Vargas o ingresso na história.

O depoimento também reforça a opinião dos que julgam que o golpe de 1964 não foi uma necessidade histórica. O desenlace deveu-se a ações, omissões e erros de cálculo de agentes políticos de todos os matizes, cujo grau de lucidez parecia reduzir-se à medida que aumentava a radicalização política.

Mas a radicalização estava longe de ser generalizada. Pesquisas de opinião feitas pelo Ibope em março de 1964, às vésperas do golpe, indicam que nas oito principais capitais do País 64% dos eleitores se identificavam com os partidos políticos tradicionais, 50% com o PTB, PSD e UDN, números muito altos. O candidato favorito para a eleição presidencial de 1965 era o moderado Juscelino Kubitschek, com 37% das preferências. Pesquisa de junho de 1963 indicava que 45% da população preferia solução de centro (Juscelino e Magalhães Pinto), contra 23%, de direita (Lacerda e Ademar de Barros) e 19%, de esquerda (Brizola e Arraes). Outras soluções, além do golpe, eram possíveis.

## Deu nos jornais

### A privatização da educação e a desvalorização do magistério

As dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional brasileiro e a perda de status da profissão de professor decorrem de reformas educacionais com inflexões privatistas. É sobre esse cenário que deve ser analisado o entrave entre a reivindicação por melhores salários e a escassez de recursos para a área, que só será superado com uma efetiva opção política. Essa é a opinião de Pablo Gentili, doutor em educação, pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e membro do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. Seu depoimento está na edição de 6 de abril de 2004 do jornal **Zero Hora**.

### Transferência da responsabilidade para as famílias

Pablo Gentili lembra que as reformas educacionais realizadas nas décadas de 1980 e 1990 causaram uma desvalorização progressiva do salário docente e o aumento da carga horária, com efeitos negativos na aprendizagem. Nesse contexto, a prioridade "esteve na descentralização e na perda de responsabilidade do Estado. Ou seja, foi uma privatização, direta ou indireta, da educação. Essas reformas transferiram às famílias a responsabilidade. Assim, os mais pobres passaram a ter uma educação pobre, e os ricos, uma educação rica. As reformas foram promovidas por governos neoliberais. No Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso foi o que fez a reforma mais ampla."

### Reação ao processo de mercantilização

Embora a desvalorização do magistério anteceda o governo FHC, Gentili considera que tais mudanças consolidaram-se na última década. Ele evita classificar greve - no Brasil, entre 1998 e 2003, houve 1.150 dias de greve - como um recurso "bom" ou "ruim". Refere-se a esse



recurso como “uma reação ao processo de mercantilização da educação, à degradação das condições de trabalho. Mas é preciso analisar cada contexto. O abandono da educação e da escola pública é um processo de desvalorização da própria cidadania. Para a pessoa se tornar cidadã, não basta ter acesso à escola, é preciso escola de qualidade.” Para que essa situação mude, observa que “é preciso uma mudança política. Colocar a educação no centro das prioridades é condição para fortalecer a democracia.”

### **Partitura de Bach é encontrada no Japão**

Parte de obra de 1728, composta pelo alemão Johann Sebastian Bach (1685-1750) foi encontrada no Japão depois de ter sido dada como desaparecida por 80 anos. A *Cantata de Casamento*, catalogada como BWV 216, foi encontrada no espólio da pianista japonesa Chieko Hara, morta aos 87 anos em dezembro de 2001, segundo afirma Tadashi Isoyama, professor da Universidade de Música Kunitachi, em Tóquio, que determinou a legitimação da obra do compositor do período barroco (séculos XVII e XVIII), em parceria com outros pesquisadores. São oito páginas da partitura com anotações e letras em alemão. Segundo Isoyama, a cantata foi composta para o casamento da filha de um oficial aduaneiro e passou por colecionadores até chegar à família do compositor Felix Mendelssohn (1809-1847), que se empenhou na recuperação da obra de Bach. A obra teria ficado com os Mendelssohn até 1926, quando depois foi repassada ao marido espanhol da pianista.

### **Desmatamento em 2003 supera 21 mil km<sup>2</sup>**

O governo federal divulgou, dia 7 de abril de 2004, em Brasília, o índice de desmatamento na Amazônia em 2003, que deve superar a marca anterior de 25.400 km<sup>2</sup>, podendo chegar a 30 mil km<sup>2</sup>. A estimativa foi feita no dia 6 de abril por representantes de entidades ligadas à Amazônia após reunião com o Ministério do Meio Ambiente, da qual também participou a ministra Marina Silva. Para chegar à previsão, especialistas utilizaram dados de 77 imagens das áreas mais críticas de desmatamento, englobando 416 municípios. Nos nove estados que aparecem nas imagens de pontos mais críticos, o total devastado ultrapassa 21.500 km<sup>2</sup> no período entre agosto de 2002 e o mesmo mês do ano passado.

### **Soja e pecuária estão na origem dos cortes**

Mesmo com esses números, o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Ribeiro Capobianco, diz acreditar que a marca de 2003 possa ser menor que a anterior. Os especialistas apontam como a principal causa do avanço do desmatamento é a boa fase do agronegócio no Brasil, principalmente pecuária e grãos. Na sexta-feira passada, um estudo do Centro para Pesquisa Florestal Internacional (Cifor, organização sediada na Indonésia e dirigida pelo economista norte-americano David Kaimowitz) apontou o dedo para o crescimento dos rebanhos. No mês passado, o governo lançou um plano de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia que envolve 12 ministérios em atividades de fiscalização, licenciamento ambiental, instrumentos de crédito rural e planejamento para obras de infraestrutura. A notícia foi divulgada pela **Folha de S. Paulo** de 7 de abril.

### **Bispo lava os pés de sem-terra 'Lula está dormindo'**

O bispo de Presidente Prudente, Dom José Maria Libório Camino Saracho, deixou em polvorosa a cidade, que é berço da União Democrática Ruralista e do MST. Apoiando o MST, Dom José recebeu 1,5 mil sem-terra e antecipou a cerimônia do lava-pés, tradicional da quinta-

feira de Páscoa, lavando os pés dos agricultores. A notícia é do jornal **O Globo**, 7-4-04. Segundo entrevista concedida ao jornal carioca, o bispo “nesse momento damos boas-vindas a essa manifestação ruidosa. Eles fazem ruído para ver se acordam o Palácio do Alvorada, para ver se acordam o presidente Lula lá, para fazer a reforma agrária”.

### Justiça brasileira ‘estimula’ mortes em conflitos de terra

Um relatório publicado em 05-04-07 pelo Observatório pela Proteção de Defensores de Direitos Humanos, pelo Centro de Justiça Global e a Ordem dos Advogados de Hauts de Seine, na França, acusa a justiça brasileira de favorecer a impunidade dos assassinos dos trabalhadores rurais na região, valendo-se da lentidão nos julgamentos. Conforme o sítio noticioso **Carta Maior**, em sua página de 06-04-04, um exemplo flagrante dessa realidade é o caso dos fazendeiros Vantuir Gonçalves da Silva e Adilson Laranjeira. Há cerca de um ano, eles foram declarados culpados pelo assassinato de João Canuto de Oliveira em 1985. Na época, Canuto era presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Maria, no Pará. Condenados a 19 anos e 10 meses de prisão pelo Tribunal do Júri de Belém, os fazendeiros continuam livres, protegidos pela Lei Fleury, que prevê que um réu condenado primário pode permanecer em liberdade durante o trâmite do recurso.

### Genocídio de Ruanda: 10 anos depois

“Juntamente com o holocausto judeu, uma das piores atrocidades perpetradas pelo homem no século XX foi o genocídio ruandês iniciado, hoje, há dez atrás. Nos cem dias de 1994 foram assassinados mais de 800 milhões de ruandeses, na maioria tutsis e hutus moderados; dois milhões de pessoas se refugiaram no Zaire (hoje República Democrática do Congo), Tanzânia, Burundi e Uganda; mais de um milhão e meio de pessoas abandonaram suas casas e se esconderam no interior do país. 70% das vítimas de matança foram mulheres, a metade delas violadas e que agora sofrem um segundo genocídio por causa da Aids, como denuncia Rafael Sila-Sanjuan, diretor geral da ONG Médicos sem Fronteira da Espanha. Como consequência de tudo isso, 95.000 crianças ficaram órfãs, segundo dados da Unicef. A cifra chega a 400.000 órfãos devido à Aids, pois menos de 1% da população tem acesso aos medicamentos, segundo a Cruz Vermelha Espanhola”. O pungente relato é da reportagem do jornal espanhol **El País**, 7-4-04. O jornal italiano **La Repubblica**, 7-4-04, igualmente publica uma ampla reportagem sobre este triste aniversário. O jornal francês **Libération** dedica a reportagem de capa de 7 de abril de 2004, ao mesmo tema, tendo como manchete principal a pergunta: *A França foi cúmplice?* Segundo o jornal espanhol **El País**, “das 800 mil pessoas assassinadas, 300.000 eram crianças com menos de 18 anos”. Segundo a Unicef, “todas as crianças do país foram testemunhas de um horror inexplicável”. Segundo o jornal espanhol, num país que tem por volta pouco mais de oito milhões de habitantes, mais da quarta parte dos lares está a cargo de mulheres viúvas, segundo a Cruz Vermelha, e quase a metade é encabeçada por menores de 15 anos.

### Frases da semana

“Nenhum jornal publicou versos de Camões e receitas de bolo em 1964. Pelo contrário: a maioria dos veículos da mídia fartou-se em elogiar o movimento militar daquele ano. E alguns órgãos chegaram a colaborar com a repressão, lembrando pessoas e entidades que deveriam ser punidas e expulsas do seio da sociedade.” – Carlos Heitor Cony, no artigo *Samba do crioulo doido* – **Folha de S. Paulo**, 6-4-04.

“Acho que ele precisa começar.” – Fernanda Montenegro, atriz, sobre o governo Lula – *Folha de S. Paulo*, 6-4-04.

“O boi devora a Amazônia” – manchete de primeira página do jornal francês *Libération*, 6-4-04, comentando o crescimento galopante da pecuária em detrimento da floresta.

“Temos medo no Ocidente, não somente dos diferentes que nos ameaçam com sua loucura fanática, mas também dos nossos semelhantes, porque os líderes políticos ocidentais protagonizam atos loucos. A política de Bush é temerária e não existe uma resposta articulada na Europa. A gente vive com medo, e o medo nos leva a apoiar líderes que são inaceitáveis” – Caetano Veloso, cantor e compositor – *El País*, 12-4-04

“Está latente a grande questão do Ocidente, que é a aventura laica. Esse desencanto do mundo de que fala Max Weber, que é uma conquista do Ocidente, uma libertação. Ainda que eu seja de temperamento místico, não gosto da religião. A frase de Santo Agostinho: “creio porque é um absurdo” é terrível. Como “abaixo a inteligência, viva a morte”, aquela frase brutal de um fascista espanhol, temo que ela está muito presente hoje em dia” – Caetano Veloso, respondendo à pergunta: “Numa canção, ainda inédita, você proclama que, diferentemente de Osama e Condoleezza, não crê em Deus” – *El País*, 12-4-04.

## EVENTOS IHU

Participe das atividades do Instituto Humanitas Unisinos

### IHU Idéias

A próxima edição de **IHU Idéias**, dia 15 de abril de 2004, das 17h30min às 19h, na sala 1G119 do IHU, terá como tema de debate “A casa das sete mulheres: literatura, história e trivialidade”. O Prof. Dr. Mário Maestri, do PPG em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), será o responsável pela apresentação. Sobre ela, o professor concedeu ao **IHU On-Line** uma entrevista, que reproduzimos a seguir. Maestri é graduado, mestre, doutor e pós-doutor em Ciências Históricas pela Université Catholique de Louvain (U.C.L.), em Louvain La Newe, na Bélgica. É co-autor, ao lado de Robert Ponge, de **Desse pão eu não como!** (Zonanon. Portugal, 2003).

**IHU On-Line - Quais os principais aspectos que o senhor desenvolverá na apresentação de “A casa das sete mulheres: literatura, história e trivialidade” no evento IHU Idéias?**

**Mário Maestri** - As ciências sociais não podem se furtar à obrigação de discutir criticamente o sentido e o valor de narrativas literárias, pictóricas, cinematográficas, etc., sob a escusa de serem obras ficcionais, sobretudo quando alcançam largo sucesso de público. Leticia Wierzchowski é escritora de inegáveis recursos ficcionais. Ao escrever *A casa das sete mulheres*, ela se inseriu na rica vertente do romance histórico sulino sobre a Guerra Farroupilha, que conta com contribuições de nossos melhores ficcionais contemporâneos, entre eles, Tabajara Ruas e Assis Brasil, para não irmos mais longe no passado. Seu romance conheceu inegável sucesso de público, que foi apenas aprofundado pela série televisiva global homônima. Nesse sentido, conformou, em forma direta e indireta, o imaginário e a consciência

histórica sobre o passado e o presente brasileiro, em geral, e rio-grandense, em especial. Produziu, portanto, cultura e ideologia. Acreditamos que *A casa das sete mulheres* constitua literatura trivial, na sua versão superior. Ou seja, no caso, narrativa ficcional em prosa, que assegurou seu sucesso através da capacidade de produzir, nesse caso com virtuosidade, uma narrativa profundamente banal e tranqüilizante, formalmente ambientada no passado.

**IHU On-Line - Na história gaúcha contada pela obra, houve aspectos esquecidos?**

**Mário Maestri** - *A casa das sete mulheres* é encenada apenas formalmente no passado, como assinalado. Apesar dos nomes, datas e lugares históricos, os sentimentos, as expectativas, as ações, etc. dos personagens de Leticia são estereótipos gentis dos homens e mulheres do presente, projetados no passado. No fundo, as heroínas da *Casa das sete mulheres* sonham, amam e se comportam como as protagonistas das novelas globais das oito, ambientadas em Copacabana, nos dias de hoje. É tudo um pouco como as superproduções cinematográficas norte-americanas, onde os heróis, heroínas e vilões, apesar dos cenários pré-históricos, escravistas ou feudais, mais ou menos preciosos, sonham e amam, como o norte-americano médio desejaria sonhar e falar, no século XXI. Nesse sentido, constitui um verdadeiro anti-romance histórico, que determina, inevitavelmente, um empobrecimento cultural e ideológico, para não falar histórico, dos leitores.

**IHU On-Line - De que forma literatura e história podem e devem se complementar?**

**Mário Maestri** - História e literatura são leituras e expressões singulares de um mesmo objeto: o mundo social. Seja ele real, irreal ou fantasmagórico. O romance histórico, como é o caso de *A casa das sete mulheres*, para constituir-se como obra artística, deve apreender, ficcionalmente, a essência do período em que se inspira. Ou seja, deve ir às raízes do período histórico que retrata. Um bom exemplo de romance histórico que se realiza é certamente *O quatrilho*, de José Clemente Pozenato. Nesse sentido, o romance histórico deve fazer seus protagonistas amarem e sonharem como se amava e sonhava na época em questão. O que garante aos leitores a possibilidade de experiência estética e intelectual enriquecedora. É por isso que a obra ficcional, quando alcança o nível artístico, é sempre uma *viagem* para mundos e sentimento desconhecidos e jamais vividos pelo leitor. A narrativa trivial, ao contrário, é uma eterna reafirmação banal do senso comum, dos prejuízos dominantes, apresentada como experiência não vivida. Uma espécie de arrombamento de portas abertas, que conquista leitores habituados por essa narrativa precisamente por lhe dar o conhecido, como novo.

**IHU On-Line - Por que é importante a obra *Sobrados e Mucambos* na hora de estudar o Brasil?**

**Mário Maestri** - Em diversos sentidos, *Sobrados & Mucambos* é talvez uma das mais importantes obras sociológicas e literárias escritas no Brasil. No relativo à linguagem em que foi vertida, às fontes em que se baseou, aos temas que abordou, constitui livro verdadeiramente revolucionário. Quanto à visão de mundo que exprime, constitui, na verdade livro, que impressiona por sua *pós-modernidade*, compreendida aqui a categoria como dissolução patológica da pretensão científica das ciências sociais. Temas exóticos e singulares, apresentados como inovação radical da *nova* historiografia francesa dos anos 1980, haviam já sido tratados com criatividade singular por Gilberto Freyre. Efetivamente, *Sobrados & mucambos* compõe-se também com páginas memoráveis sobre os atos, o vestuário, o gosto, o gesto, o paladar, etc., dos senhores, ou o pé e outras partes anatômicas do negro e do mulato. No mesmo sentido, a proposta de *Sobrados & mucambos* da dominância da acomodação, entre escravizadores e escravizados, sobre a resistência, como vetor da

construção de passado escravista, proposto como consensual e feliz, é limpidamente dominante na atual historiografia da escravidão. Fato que se dá sem que os epígonos modernos reconheçam a precedência do velho mestre Gilberto Freyre.

***IHU On-Line - Há mudanças significativas no pensamento de Freyre se compararmos Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mucambos?***

**Mário Maestri** - *Sobrados & Mucambos* é uma continuação e superação do primeiro grande livro de Freyre. Efetivamente, em *Casa Grande & Senzala*, o sociólogo descreveu a formação do patriarcalismo escravista nordestino brasileiro, em boa parte baseado na teoria determinista geográfica e racial, de grande prestígio na época, nas ciências sociais conservadoras. Sua descrição sociológica do fenômeno encontra-se hoje inapelavelmente superada, mantendo-se o livro apenas como peça literária e depoimento do mundo intelectual da época. *Sobrados & Mucambos* apóia-se igualmente nos pressupostos metodológicos pernetas do primeiro trabalho. Ou seja, no determinismo racial, climático e geográfico. Sua indigência categorial e analítica é igualmente imensa. Porém, nessa obra, Freyre realiza um poderoso elogio da sociedade escravocrata nordestina, em geral, e do senhor-de-engenho, em especial, que apresenta, este último, como o magnífico Prometeu da civilização brasileira. O fato de ter sido escritor e pensador genial, social e ideologicamente identificado com a civilização que se esvaía, em inícios do século 20, permitiu-lhe traçar quadro singular e único de múltiplos aspectos desse mundo, de importância singular para a formação social brasileira.

***IHU On-Line - Em que a obra Sobrados e Mucambos pode iluminar o presente da realidade brasileira?***

**Mário Maestri** - Por um lado, como assinalado, *Sobrados & Mucambos* determina profundamente o presente através da crescente dominância de muitas de suas interpretações elitistas do passado. O conhecimento da genealogia dessas propostas é fundamental para sua crítica e superação. Por outro, como também referido, esse livro é igualmente, apesar de seu viés escancaradamente apologético, um fundamental depoimento sobre múltiplos cenários do passado escravista brasileiro, sobretudo urbano. Nesse sentido, é uma obra de conhecimento imprescindível para o sociólogo, para o historiador, para o arquiteto, para o crítico literário, para o lingüista, para o artista plástico, para o publicitário, em fim, para todos aqueles que desejam entranhar-se nas raízes da formação social brasileira, não importando seus objetivos.

**Confira a programação do IHU Idéias para o mês de abril:**

**22/04/04** – “Os arquivos de repressão das ditaduras de Segurança Nacional” - Prof. Enrique Serra Padrós - Professor e doutorando na UFRGS

**29/04/04** – “Idéias de democracia no Brasil, 1965-1987: MDB/PMDB X PT?” – Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sirlei Teresinha Gedoz – Professora na Unisinos

## Humanitas Arte

No último dia 5 de abril foi aberta a exposição da terceira edição do projeto **Humanitas Arte**, com a obra do artista plástico Leandro Selister. Ela estará aberta à visitação até o dia 26 de abril de 2004, de segunda a sexta-feira, das 8h às 22h, e nos sábados das 8h às 17h, na Galeria Cultural da Biblioteca da Unisinos.

Leandro Selister concedeu uma entrevista ao professor MS Gilmar Hermes, das Ciências da Comunicação da Unisinos, que foi publicada na 95ª edição de **IHU On-Line**. A exposição conta com colagens plásticas que representam as torturas ocorridas durante o regime militar iniciado em 1964 com o golpe de estado. Como pano de fundo está o testemunho da psiquiatra Vera Stringuini, presa política na época. Veja a instigante entrevista de Vera Stringuini no **IHU On-Line** n.º 95, de 5 de abril de 2003.

## II Ciclo de Estudos sobre o Brasil

Dando seqüência à primeira edição do Ciclo de Estudos sobre o Brasil, realizado no ano de 2003, o Instituto Humanitas Unisinos lançou no dia 1º de abril de 2004 o **II Ciclo de estudos sobre o Brasil**, numa promoção conjunta com as Ciências Humanas e com o apoio das Ciências da Comunicação e Ciências Econômicas da Unisinos. A professora Dr.ª Eliane Fleck, do PPG em História da Unisinos, foi a responsável pela condução da primeira sessão do evento, com a apresentação do livro **O abolicionismo**, de Joaquim Nabuco. O **II Ciclo de estudos sobre o Brasil** objetiva estudar, de maneira interdisciplinar, alguns textos clássicos que analisam a formação histórica, social, econômica, política e cultural do Brasil visando, a médio prazo, a constituir um grupo de estudos avançados sobre a realidade brasileira. O evento é dividido em dois módulos. Com exceção da última sessão do Ciclo, toda a programação acontece na sala 1G119 do IHU, das 14h às 17h.

### Acompanhe a programação do primeiro módulo do evento:

**Livro: Sobrados e mucambos, de Gilberto Freyre**

Prof. Dr. Mário Maestri – Professor na UPF

Data: 15 de abril

**Debate sobre a constituição de um Núcleo de Estudos sobre O Brasil**

Profª Drª Berenice Corsetti – Professora na Unisinos

Data: 06 de maio

**Livro: Os donos do poder, de Raymundo Faoro**

Profª Drª Helga Landgraf Piccolo – Professora na UFRGS

Data: 20 de maio

**Livro: Vidas secas, de Graciliano Ramos**

Profª MS Célia Dóris Becker – Professora na Unisinos

Data: 17 de junho

## Inicia Ciclo de Estudos sobre O Método de Edgar Morin

### Entrevista com Maria da Conceição Almeida

No dia 14 de abril, às 14h, na sala 1G119, inicia o Ciclo de estudos sobre “O método”, de Edgar Morin. A conferência de abertura O itinerário do pensamento de Edgar Morin estará a cargo da Profa. Dra. Maria da Conceição Xavier de Almeida – Professora na Universidade Federal de Rio Grande do Norte, UFRGN. Maria da Conceição é graduada em antropologia pela UFRN, mestre e doutora em Ciências Sociais - Antropologia

pela PUC –SP Autora de **Terra e Seca: o Estado Capitalista**. Natal: EDUFRN, 1989; **Complexidade e Cosmologias da Tradição**. Belém-Pará: EDUEPA, 2001; e **Ciclos e Metamorfoses. Uma experiência de reforma universitária**. Porto Alegre : Editora Sulina, 2003. A professora concedeu entrevista ao **IHU On-Line** sobre sua próxima apresentação no Ciclo de Estudos sobre **O Método de Edgar Morin**.

**IHU On-Line- Quais são as bases epistemológicas do pensamento de Edgar Morin?**

**Maria da Conceição Almeida-** É difícil identificar as bases epistemológicas das idéias de Edgar Morin, se entendemos por “bases epistemológicas”, as matrizes teóricas ligadas à biologia, filosofia, à física, etc. Múltiplo e polifônico, Edgar Morin tem se nutrido, ao mesmo tempo, das descobertas científicas na área da biologia (biologia molecular, genética, etologia); teoria dos sistemas, cibernética, teoria da informação, termodinâmica e também das reflexões filosóficas clássicas e contemporâneas. Ele próprio se define, algumas vezes, como “um contrabandista de saberes” ou como “um artesão do conhecimento sem patente registrada”. Mesmo assim alguns pensadores marcaram sua trajetória intelectual: Jaques Monod, François Jacob, Henri Atlan, Von Foerster, Cornelius Castoriadis, Bertrand Hussel, Gödel, entre outros, foram o ponto de entrada para Morin dialogar com a biologia a lógica etc. Em seus livros ele se refere, muitas vezes, a Unamuno, a Otávio Pax, Antônio Machado, Prust e sobretudo a Pascal.

**IHU On-Line- Quais os aspectos que vai desenvolver na sua apresentação sobre o itinerário de Edgar Morin, na abertura do Ciclo de estudos sobre o Método?**

**Maria da Conceição Almeida-** Como se trata de um tema amplo, escolhi um roteiro que contempla duas partes. Na primeira, trato sobretudo de três idéias: a relação entre alguns fatos da vida de Morin e a sua obra; a singularidade de um autor que expõe suas subjetividades nos escritos científicos; e a importância do sujeito do conhecimento na obra de Morin. Na segunda parte, apresento uma síntese da emergência do paradigma de complexidade construído por Edgar Morin: como ele organiza, faz dialogar e articula o conhecimento científico e constrói um método transdisciplinar complexo e aberto. Para fazer esse panorama, faço uso dos Métodos, livros-diários, obras de conjuntura e livros temáticos (sociologia, antropologia, etc.)

**IHU On-Line- Qual a principal contribuição do autor?**

**Maria da Conceição Almeida-** Vivemos num mundo planetarizado, com desafios de toda ordem, desde problemas econômicos e políticos até aqueles de ordem moral e ética. Sem esquecer, é claro, dos riscos e ameaças que pairam sobre o nosso planeta, a biosfera, e o extermínio de certas espécies. Vivemos num mundo de violências e atrocidades tanto reais quanto virtuais. Como compreender esse mundo? Tão complexo? Tão incerto? O pensamento complexo pode ajudar a pensar de maneira conjunta os problemas para os quais não temos uma solução simples e imediata. O método proposto por Edgar Morin permite pensar relacionando e religando as coisas. Não podemos mais discutir problemas globais como se fossem locais. Nem problemas locais como se fossem globais. É necessário compreender a relação entre o local e o global para não investirmos em soluções inadequadas e perigosas para todos. É preciso, por outro lado, construir uma ética da preservação da vida em geral, que começa pelo cuidado com a vida no lugar e no local. O pensamento de Edgar Morin, não separando a ciência e a vida, apela para uma ética do respeito à diversidade, uma ética da tolerância e da compaixão. No meu modo de entender, o pensamento de Edgar Morin politiza a ciência e a faz descer do pedestal para dialogar com o mundo. É Morin quem diz que “o pensamento complexo não é um requinte” para iluminados intelectuais. Para ele, o pensamento complexo deve chegar às ruas e às praças.

**IHU On-Line- Quais as conseqüências da fragmentação do conhecimento?**

**Maria da Conceição Almeida** - A fragmentação dos saberes produziu um intelectual que sabe muito sobre muito pouco e não conhece o contexto no qual está situado o fenômeno que estuda. Cada área do conhecimento tem sua linguagem e trata de uma parte de um fenômeno. Ora, os problemas não são repartidos em partes. Os problemas escolares (evasão, por exemplo) os problemas políticos, amorosos ou urbanos, não podem ser divididos em pedaços como fatias de bolo. E mesmo que precisemos delimitá-los, devemos compreender que assim como cada fatia de bolo contém todos os ingredientes de uma única massa, assim também cada fragmento estudado contém todas as dimensões do contexto do qual depende. Para reduzir a fragmentação (não superá-la) é importante aprender a pensar religando as partes.

**IHU On-Line- Por que é importante estudar Morin na Universidade?**

**Maria da Conceição Almeida** - Porque a ciência da fragmentação é em grande parte responsável pela oposição entre ciência e tecnologia, cultura científica e cultura humanística, filosofia e ciência, vida e idéias. O intelectual que se espera nesse século deve ser um sujeito capaz de tomar para si, e tentar resolver, os problemas da violência, da discriminação, da fome e da dor espiritual dos outros. Ele precisa fazer sua parte, se sentir um cidadão planetário. A ciência deve reatar seu compromisso com o mundo. A obra de Edgar Morin como a de Ilya Prigogine<sup>23</sup>, entre outros, pode ter um papel importante na construção de novos cientistas e acadêmicos.

**IHU On-Line- O que é o homo complexus?**

**Maria da Conceição Almeida** - O Homem complexo é um ser que vive o paradoxo de sua condição humana. Ele é, ao mesmo tempo, um ser da certeza e da incerteza, da dor e da alegria, individual e coletivo, sensato e insensato, sábio e louco, histórico e transistórico. Ele é simultaneamente natureza e cultura, selvagem e civilizado, feminino e masculino. O homem complexo é híbrido, mestiço e multidimensional, como tudo o que é complexo.

## IHU REPÓRTER



### Fábio Moraes

*Construindo uma trajetória repleta de percalços e conquistas, o coordenador do curso de Psicologia da Unisinos, Fábio Moraes, é um profissional realizado e dinâmico. Demonstrando grande admiração pela Psicologia como sua profissão, ele conta sua história de vida, construída pelos convívios familiar, escolar, profissional e pessoal que foram enriquecedores.*

**Origens** - Nasci em Novo Hamburgo numa família bem pequena, formada somente por meus pais eu e minha irmã mais nova. Minha mãe é de origem alemã e meu pai tem sangue negro e português; ele mesmo se denomina “pêlo duro”. Esse encontro, esse choque cultural e étnico,

<sup>23</sup> Sobre este autor confira as edições de número 62 e 64 de **IHU On-Line**.



me ajudou a construir minha trajetória e ver o mundo de uma determinada lógica, na tentativa de entender e trabalhar a questão da diferença.

**Formação** – Meu pai sempre foi claro e severo no quesito da educação. Ele queria para nós um futuro diferente do que ele teve. Em todas as suas falas estava a frase “primeiro o estudo”. Com exceção da universidade, estudei sempre em escola pública, e não por falta de recursos. Até onde lembro, meus colegas tinham um poder aquisitivo muito bom. Hoje não consigo imaginar como isso seria, porque a escola pública mudou. Até os 14 anos estudei no Colégio 25 de Julho e depois fiz o ensino médio na Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, de Novo Hamburgo. Cursei Química. Ao fazer o estágio em Química, para concluir o curso, já estava me preparando para o vestibular de Psicologia. Aprovado na Unisinos, me formei aqui em 1987. Mesmo antes de concluir a graduação, passei num concurso do Governo do Estado para fazer residência em saúde mental coletiva, o que foi muito importante, porque minha idéia, desde o início do curso, foi trabalhar no campo da psicologia social. Era um programa de estágio especializado da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, que durou dois anos. Trabalhei um ano dentro do hospital psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre, e um ano na comunidade. Esta formação me conferiu o título de especialista em saúde mental coletiva. Até então, eu não tinha idéia de seguir uma trajetória acadêmica. Só ingressei no mestrado em 1998, porque surgiu uma oportunidade que realmente me interessava, que era Psicologia Social e Institucional, aberto pela UFRGS naquele ano. Me formei na primeira turma e defendi a primeira dissertação desse mestrado, em março de 2000. O título da minha dissertação: “Abrindo a Porta da Casa dos Loucos (ou: para ativar a potência dos fluxos)”.

**Teatro** – Na época em que estudava na Liberato ingressei num curso de teatro que durou um ano. Foi uma guinada, que mais tarde me conduziu à Psicologia. Foi quando pensei em seguir a área das humanas e desisti das “técnicas” ou “tecnológicas”. Participei de alguns festivais de teatro e comecei a militar no movimento de teatro em Novo Hamburgo, que na época, em 1978, 1979, era muito forte. Entre nossos professores no curso estava Antônio Hohlfeldt, atual vice-governador. Participei do grupo que apresentou a peça *Os Saltimbancos*, do Chico Buarque. Lembro que fizemos mais de 60 apresentações pelo Estado. Uma experiência bárbara. Minha frustração nesse campo veio do fracasso da montagem da peça “*B. em cadeira de rodas*”, de Ronald Radde. Era início da década de 1980, em pleno processo de abertura política. A peça fazia uma sutil crítica à ditadura. Retratava as tensões do poder através do encontro de dois homens assombrados pela matriarca, e que só aparecia num quadro pendurado na parede da casa. Esse foi o início e o fim da minha passagem pelo teatro. Descobri que não tinha talento suficiente. Entretanto, aprendi outras coisas e descobri o gosto pela leitura e o estudo. Foi no teatro que descobri a mitologia, um dos caminhos que me sensibilizou para a Psicologia.

**Família** – Conheci minha esposa, a Stela, na Liberato. Casamos em 1984 e este ano fazemos nosso 20º aniversário de caminhada. O casamento, além da descoberta do amor, me ajudou em muito a organizar minha vida, a lançar-me a objetivos mais definidos. Foi um belo porto. Tivemos um filho, o Daniel, que hoje está com 16 anos e faz mecânica na Liberato.

**Profissão** – Quando eu e Stela decidimos nos casar, comecei a trabalhar no Banco Maisonnave, hoje extinto, para ter minha independência financeira. Trabalhei lá de 1982 a 1985. Enquanto estava fazendo residência em saúde mental, passei num concurso da Prefeitura de Novo Hamburgo, onde trabalho como psicólogo até hoje, na coordenação técnica do Centro de Atenção Psicossocial. Ao mesmo tempo, veio o primeiro convite para trabalhar

aqui na Unisinos. Recusei porque não me sentia preparado. No segundo convite, feito pela professora Coni, um semestre depois, em 1989, tomei coragem. Além de atuar em várias disciplinas, ajudei a organizar o Programa Interdisciplinar de Promoção e Atenção à Saúde (PIPAS). A partir de 2001 fui convidado a coordenar o curso de graduação em Psicologia, o que tem sido um desafio, algo novo, outra linguagem, que ainda estou aprendendo. Todos os professores deveriam ter a experiência de coordenar o próprio curso.

**Autores** – Sigmund Freud e José Saramago.

**Livro** – A Caverna, de Saramago.

**Filme** – O Ilusionista, de Jos Stelling.

**Nas horas livres** – Caminhar, andar de bicicleta e ler.

**Presente** – Um livro.

**Uma paixão** – Meu filho.

**Um grande sonho** – Algo que vai totalmente contra o momento que estamos vivendo: andar mais lento, falar mais lento, em suma, substituir a velocidade pela intensidade da vida.

**Unisinos** – É uma instituição complexa, em busca de si mesma.

**IHU** – É um sonho da Unisinos acalentado há muito tempo que começa a dar seus frutos. O **IHU On-Line** está juntando uma série de temas que se discutiam separadamente na Unisinos. O próprio nome do Instituto Humanitas dá essa amplitude de sua missão de integralizar as discussões sem unificar. Estou achando esse trabalho muito interessante, conduzido de forma inteligente, por pessoas instigantes e igualmente interessantes. Se eu conseguisse diminuir a velocidade, poderia acompanhar um pouco dos muitos eventos que Instituto Humanitas Unisinos promove.

## Cartas do Leitor

Fiquei bastante impressionado com a entrevista da Sônia Haas sobre a vida de seu irmão. Já ouvimos tantas histórias, tantos relatos, mas sempre nos impressionamos a cada nova história, percebemos que cada uma tem sua singularidade. É um relato bonito, de uma história bonita. Como não se emocionar diante da aflição do filho e da mãe diante da afirmação: “Mãe, não me pede isso. Eu não posso. Eu quero fazer mais, eu tenho que ajudar mais pessoas”.

*César Sanson – Curitiba*

A Universidade Federal Fluminense reproduziu a entrevista concedida por Massimo Canevacci ao IHU On-Line, na edição número 71, de 18 de agosto de 2003. O sítio onde pode ser acessada a referida entrevista é <http://www.uff.br/obsjovem/Antrop%20juventude.htm>

**EXPEDIENTE:**

*IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU –, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@bage.unisinos.br). Coordenadora Adjunta: Profª MS Vera Regina Schmitz (verasc@poa.unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montaña (soniam@bage.unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (osorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (graziela@poa.unisinos.br). Revisão: Profª Mardilê Friedrich Fabre (mardile@centauro.unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br). Sua versão impressa circula na Unisinos. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: [ihuinfo@poa.unisinos.br](mailto:ihuinfo@poa.unisinos.br) . Fone: 51 5903333 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: [humanitas@poa.unisinos.br](mailto:humanitas@poa.unisinos.br) . Ramais: 1173 e 1195.*



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS